

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 12

O LIBERAL - BELÉM - PA
ANFIP

Fundos - APOSENTADOS.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

As raízes complexas da deterioração fiscal brasileira.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Contratação temporária cresce entre os servidores públicos.....6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Sergipe puxa crescimento na admissão de temporários.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Parceria entre empresários e gestão pública já imparia mais de 118 milhões.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Após dois anos, série de exceções enfraquece arcabouço fiscal.....13

PORTAL UOL - REPORTAGEM
SEGURIDADE SOCIAL

Renan e Lira brigam pelo IR, mas estão de olho nas urnas de Alagoas em 2026.....16

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Isenção do IR a R\$ 5.000 e reforma tributária: Congresso tem semana de pauta econômica
.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Anfavea quer teto de 5% para imposto seletivo.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Atuação de fintechs não baixou juros, dizem bancos.....20

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
POLÍTICA

Luís Roberto Barroso: Perdão imediato é uma medida negativa (ENTREVISTA).....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O nível da dívida pública - HENRIQUE MEIRELLES.....34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Demanda por criptomoedas chegou à Faria Lima', diz gestor.....35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Colégios devem ter reajuste médio de 9,8% no próximo ano.....37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Déficit maior reacende discussão sobre risco das contas externas.....39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Secretário dos EUA diz que é preciso "consertar" o Brasil.....41

Fundos - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Os Fundos de Pensão, organizações formadas para garantir a **Previdência Complementar**, estão sendo sacrificados em seus recursos financeiros há mais de três décadas, precisamente, 34 (trinta e quatro) anos. Ocorrência que se deu quando o reajuste dos benefícios previdenciários foi desvinculado do mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo, atingindo de forma perversa os proventos das aposentadorias e pensões, prejudicando injustamente milhões de cidadãos e cidadãos brasileiros que, no período em que passaram no mercado de trabalho, contribuíram financeiramente para, no aposento, serem beneficiados com aposentadoria digna.

ABALO

O abalo financeiro sofrido pelos Fundos de Pensão já começou a atingir os mantenedores- beneficiários, com descontos de altos valores em Programas de Equacionamento de Déficits - PEDs, criados exclusivamente para suprir a deficiência financeira causada por ação governamental sem justificativa.

É preciso e premente que providências sejam tomadas para corrigir o malfeito, promovendo-se a imediata atualização e regularização nos proventos das aposentadorias e pensões, reivindicadas no Projeto de Lei nº4434/2008, repetiremos sempre, aprovado no Senado Federal e Comissão de **Seguridade Social** e Família por unanimidade, dependendo somente de aprovação do plenário da Câmara dos Deputados.

PUNIÇÃO

Aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, estão sendo penalizados por um ato de injustiça praticado no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Além da punição ser injusta, causa aflição, desconforto e prejudica a qualidade de vida de milhões de cidadãos e cidadãos brasileiros, impedidos financeiramente de manter um padrão compatível e digno de viver bem, mantendo a regularidade no sustento familiar, principalmente na aquisição de alimentos e medicamentos necessários e indispensáveis.

O tempo decorrido com essa punição é injustificável, requerendo, portanto, providências urgentes de correção. Os deputados federais, no entendimento dos aposentados e pensionistas não podem prolongar por mais tempo a aprovação do PL-4434/2008.

RECURSOS

Para corrigir o malfeito, recursos financeiros existem suficientemente e estão contabilizados na conta **Seguridade Social**.

As análises anuais emitidas e divulgadas amplamente pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**ANFIP**) e Fundação **ANFIP** de Estudos da **Seguridade Social**, nos demonstram detalhadamente que a arrecadação cobre e supre todas as despesas decorrentes nas áreas de saúde, assistência social e **previdência social**, desde que esses recursos não sejam desviados ou transferidos para socorrer despesas não identificadas como **Seguridade Social**. Para que isto aconteça é necessária a eliminação definitiva do instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU.

PODERES

Estabelece a Constituição que os três Poderes da União são independentes e harmônicos entre si e que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Aposentados e pensionistas observam que, enquanto não houver a harmonia entre Executivo, Legislativo e Judiciário, estaremos muito distantes de ver realizados os objetivos fundamentais claramente definidos na nossa Constituição Cidadã.

EXPECTATIVA

Estamos nessa expectativa de que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário encontrem a harmonia visando, exclusivamente, o bem-estar da sociedade brasileira, com a garantia do Estado Democrático de Direito, reafirmando-se, com prioridade, o exercício dos direitos sociais e individuais, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme o Preâmbulo da Carta Magna nos indica. É tempo de se corrigir os erros, os equívocos e todas as mazelas que influenciam, negativamente, na ordem e no progresso do Brasil.

O diálogo responsável, objetivo, com propostas fundamentadas é o que deve prevalecer, sem ressentimentos no comando dos Poderes.

DEMOCRACIA

"Não há democracia com a fome, não há desenvolvimento com a pobreza e muito menos justiça com desigualdade" (Papa Francisco).

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

As raízes complexas da deterioração fiscal brasileira

Cláudio Adilson Gonçalves

Economista e diretor-presidente da Vértice Macroeconomia, foi cofundador da MCM Consultores, consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

No final de 2022, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que inclui União, Estados, municípios e algumas estatais, representava 71,7% do **PIB**. A previsão dos analistas é que essa relação estará, no final de 2026, entre 83% e 84%. Daí depreende-se, e esse é o ponto que julgo polêmico, que isso é consequência apenas da gastança promovida pelo atual governo. É certo que o governo Lula é conceitualmente avesso à austeridade fiscal. No entanto, a formulação de propostas sensatas para estancar o crescimento explosivo do endividamento público depende de um diagnóstico cuidadoso, sem viés ideológico, dos fatores que levaram a tamanha deterioração.

A relação DBGG/**PIB** (71,7%) ao final de 2022 é enganosa. É preciso lembrar do calote dos precatórios, da impossibilidade de continuar mantendo os salários dos **servidores públicos** congelados depois de três anos sem qualquer reajuste, e do Bolsa Família, que foi para R\$ 600 somente em agosto de 2022.

Além disso, há o efeito defasado sobre as despesas de medidas adotadas no governo anterior. Entre elas, destacam-se: a ampliação das transferências federais para o Fundeb, a Lei 14.176/21, que provocou crescimento explosivo do número de beneficiários do programa

A principal causa do atual crescimento explosivo do endividamento público é a taxa real de juros BPC, além, é claro, da elevação do valor das emendas parlamentares, que já chegou a R\$ 50 bilhões. O economista Bráulio Borges (Ibre-FGV e LCA/4i Consultoria) estimou que essas três medidas causaram aumento de R\$ 94 bilhões (0,7% do

PIB) nas despesas primárias, em 2025.

O Brasil adotou, ao longo dos anos, medidas típicas de Estado de bem-estar social, tais como educação e

saúde universalizadas e gratuitas, **previdência social** não sustentável e programas de transferência de renda que já custam 3,7% do **PIB**. A carga tributária subiu, mas não o suficiente para financiar tais gastos.

Mas a principal causa do atual crescimento explosivo do endividamento público é a taxa real de juros. Não se entenda aqui como crítica à atuação do Banco Central, que tenta fazer a **inflação** convergir para a meta que lhe foi fixada. O problema é que a meta de 3% não é realista para o Brasil. Países emergentes, com elevado endividamento público, não conseguem cumprir meta de **inflação** tão ousada, apenas com a política monetária, pois rapidamente se aproximam da zona de dominância fiscal. Por exemplo, com a taxa de juro real atual de 10% ao ano e crescimento real do **PIB** de 2% ao ano, seria preciso gerar um impensável superávit primário de 5,8% do **PIB** (R\$ 734 bilhões), para estabilizar a DBGG em 80% do **PIB**.

Para sair dessa enrascada, será preciso um choque positivo de expectativas, com aprovação de medidas fiscais estruturais, ganhando credibilidade para elevar a meta de **inflação** para patamar mais realista, digamos 4% a 4,5%. Essa é a missão do governo que assumir em 2027, qualquer que seja sua tendência ideológica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contratação temporária cresce entre os servidores públicos

Marta Watanabe De São Pau lo

O número de funcionários temporários nos Estados e na União avançou nos últimos anos, enquanto o de efetivos recuou. De 2017 a 2023, considerando os dados mais atuais, houve aumento de 42,1 % de temporários nos Estados. Na União a alta foi de 10,6%. Ao mesmo tempo, os vínculos de efetivos caíram 11,8%, considerando governos estaduais e União.

A redução de efetivos e aumento dos temporários nas contratações estaduais aconteceu em todas as regiões do país. As maiores quedas nos vínculos efetivos aconteceram no Sul e Sudeste, com redução de 17,4% e 16%, nessa ordem. No Centro-Oeste, foi de 10,9% e no Norte, de 5,1%. O Nordeste ficou com a menor queda nos efetivos, de 4,8%, mas foi onde mais aumentou a contratação de temporários, com alta de 102,1%. Centro-Oeste, Norte e Nordeste tiveram taxas próximas no aumento dos temporários, de 36,7%, 33,8% e 33,1% respectivamente. No sul o crescimento foi de 18,4%, sempre de 2017 a 2023.

Em pelo menos 21 Estados os temporários cresceram, com exceção de Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas, Minas Gerais e Paraná. Rio Grande do Norte e Amazonas tiveram as reduções mais expressivas nos temporários, com quedas de 60,1% e 99,4%, nessa ordem. Os dois Estados também reduziram efetivos e o total de vínculos.

Os dados são de estudo do Movimento Pessoas à Frente, que traz também linhas gerais de proposta para regulamentação nacional dos temporários. De autoria de Felipe Drummond, administrador público, e das advogadas Myrelle Jacob e Laís Montgomery, o levantamento baseou-se principalmente em dados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), do IBGE, além do Portal de Transparência de alguns Estados. Alagoas e Rondônia foram excluídos da análise quantitativa em razão da indisponibilidade de dados confiáveis. Da União foi usado o Painel Estatístico de Pessoal.

A contratação temporária, ressalta o estudo, é legítima e necessária para assegurar continuidade dos serviços públicos em situações emergenciais ou transitórias. Os dados mostram, porém, diz Jacob, tendência de os Estados usarem hipóteses extremamente vagas e

genéricas para contratação. "Essa é a principal causa de discussão de inconstitucionalidade dos contratos. Porque isso permite contratar de qualquer jeito, em qualquer situação, quando o correto é contratar para cobrir licença ou férias, para cobrir expansão de alguma atividade ou para uma política pública, de maneira transitória."

Jessika Moreira, diretora executiva do Movimento Pessoas à Frente, ressalta que as contratações temporárias muitas vezes não garantem direitos mínimos. "Acaba sendo mão de obra mais barata em relação aos efetivos. A regulamentação do trabalhador temporário é necessária para garantir que não exista no ambiente público trabalho precarizado."

Jacob ressalta que o aumento de contratação de temporários provavelmente não se restringiu aos sete anos de escopo do levantamento e vem num contexto de resistência à determinação da Constituição Federal de 1988, pela qual a regra é que o corpo técnico dos governos estaduais seja composto por servidores efetivos com estabilidade, embora esses funcionários possam atuarem conjunto com comissionados externos e com temporários.

Existe, diz, "uma resistência a ter esse coipo técnico majoritariamente efetivo, por vários motivos que podem ser fiscais ou orçamentários." Para ela, há também falta de planejamento no setor público, já que concursos demandam elaboração prévia de sistemas de carreiras.

O levantamento também faz análise das legislações que regem o trabalho temporário nos Estados, o que mostra heterogeneidade, com proteção trabalhista considerada baixa. Férias remuneradas, por exemplo, são garantidas em 21 Estados. Décimo terceiro salário, em 20.0 repouso semanal remunerado está presente em apenas quatro entes. A estabilidade provisória para gestantes, em apenas dois Estados. Licença-maternidade e licença-paternidade, em 10 e 9 entes, respectivamente. A licença para tratamento de saúde, em 9. Da mesma forma que a garantia de direitos, os modelos de remuneração são variados e, em muitos casos, não têm referência obrigatória à remuneração de cargos efetivos equivalentes. aponta o estudo, o que abre possibilidade a disparidades salariais, inclusive abaixo de padrões mínimos nacionais, como o piso do magistério.

51149&maxTouch=0

Outra questão, diz Jacob, é que as legislações atuais dos Estados permitem a perpetuação de contratos de temporários. "O entendimento balizador de hoje e o constitucional, do Supremo Tribunal Federal, é de que é preciso prazo determinado para os contratos, mas não necessariamente precisa ser mais ou menos curto, porque há especificidades. A grande questão é que é preciso ter período de quarentena para a recontratação, para que esse vínculo temporário não seja utilizado como forma de fugir do modelo constitucional ou de perpetuar vínculos não permanentes de pessoas não necessariamente selecionadas por meio meritocrático e impessoal."

O estudo mostra que parte das legislações estaduais de temporários possuem prazos para as contratações de temporários, mas a maioria permite renovação frequentes ou indefinidas. Dos 26 Estados, em 12 não há quarentena.

Moreira cita estudo do Todos Pela Educação que mostrou que em 2022, pela primeira vez, o número de temporários superou o de efetivos na área da educação. Isso se repetiu em 2023, com 51,6% de temporários. O levantamento também revelou que grande parte dos temporários já atua há mais de 11 anos.

A "concentração expressiva" na área da educação é um dos padrões na contratação de temporários pelos Estados, diz o estudo. Diversos Estados estruturam a legislação para atender, prioritariamente, à substituição de professores efetivos afastados, à ampliação temporária de turmas e à execução de programas específicos na rede pública de ensino.

Outra tendência observada pelo estudo é o aumento dos cargos comissionados ocupados por pessoas sem vínculo efetivo: de 14,2% nos entes subnacionais, em contraponto à redução de 24,1% no âmbito federal. Dos 26 entes analisados, 19 registraram aumento no número de comissionados exclusivos.

O estudo, diz Jacob, mostra a desconfiguração do modelo constitucional, reduzindo o quadro de efetivos e aumentando contratações temporárias e comissionados externos, que são indicados políticos. "Isso compromete agendas sérias do país, como combate à corrupção e ao nepotismo. E em relação aos indivíduos contratados como temporários, fica comprometida a garantia dos direitos sociais."

"A grande questão é que é preciso ter período de quarentena para a recontratação" Myrelle Jacob

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

Sergipe puxa crescimento na admissão de temporários

DANIEL WETERMAN

Sergipe foi o Estado com o maior crescimento de servidores temporários do País no período entre 2017 e 2023, segundo o Movimento Pessoas à Frente. Houve acréscimo expressivo de 1.473% na contratação de temporários.

A entidade reúne especialistas, parlamentares e **servidores públicos**, e tem a reforma administrativa como uma das bandeiras. O levantamento -realizado pelos pesquisadores Felipe Drumond, Myrelle Ja-cob e Laís Montgomery - utilizou dados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC/IBGE), Painel Estatístico de Pessoal (PEP) do governo federal e Portal da Transparência de Minas Gerais.

No total, 21 dos 26 entes analisados tiveram aumento nas contratações temporárias, com exceção de Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas, Minas Gerais e Paraná (mais informações no quadro nesta página).

Na União, o estudo aponta redução de 9,5% no total de funcionários públicos no período, com aumento de temporários (+10,6%), redução de efetivos (-9,9%) e diminuição de cargos comissionados.

Segundo os autores, o cenário levanta preocupações envolvendo a capacidade institucional de planejamento de longo prazo do serviço público, a continuidade de políticas públicas e desvalorização das carreiras públicas estruturadas.

"Quando empregados com moderação, transparência e estrita relação com o interesse público, os vínculos temporários podem cumprir um papel relevante na gestão pública", diz a nota. "Por outro lado, o seu uso indiscriminado e desvinculado de situações efetivamente excepcionais compromete os fundamentos do modelo constitucional da administração pública, enfraquece a profissionalização dos servidores e afasta o Estado da concretização dos compromissos constitucionais."

DEBATE. Os contratos temporários serão tema de um dos capítulos da reforma administrativa no Congresso Nacional. O relator na Câmara, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), defende que contratos temporários tenham duração máxima de cinco anos e estejam sujeitos a uma quarentena para eventual recontração. O texto

ainda não foi apresentado.

A contratação de funcionários temporários é autorizada pela Constituição, mas apenas em casos especiais, como em substituição a efetivos afastados e execução de projetos com prazo determinado.

O QUE DIZEM ESTADOS E UNIÃO.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos declarou que, no governo federal, a contratação temporária é uma ferramenta para atender demandas excepcionais e de caráter temporário, sem substituir as funções de servidores efetivos.

O governo do Pará afirmou que tem ampliado o quadro de servidores efetivos para substituir temporários. A gestão estadual disse ainda que os contratos provisórios são firmados de forma excepcional.

O governo do Rio de Janeiro disse que o aumento de temporários e comissionados está relacionado às restrições do Regime de Recuperação Fiscal, que impediram a realização de concursos.

A gestão de São Paulo disse que as contratações seguem a legislação vigente e que o governo vem fortalecendo o funcionalismo público, com realização de concursos desde 2023.

O governo de Goiás argumentou que as contratações temporárias permitem "racionalização e flexibilidade" para projetos como grandes obras e modernização tecnológica.

A administração de Santa Catarina disse que o estudo revela situações herdadas por gestões anteriores e que, no governo atual, houve avanços significativos, incluindo "o maior concurso público da história da Secretaria de Estado da Educação, para a contratação de 10 mil professores e profissionais administrativos nas escolas" e "1.200 policiais militares".

O governo de Roraima disse que os contratos temporários são utilizados em situações estratégicas e emergenciais, enquanto viabiliza a seleção por meio de concursos públicos. Os cargos comissionados, por sua vez, cumprem funções de direção, chefia e assessoramento, compondo parte necessária da

estrutura administrativa, segundo a administração.

Os demais Estados não comentaram.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Parceria entre empresários e gestão pública já imparia mais de 118 milhões

João Luiz Rosa De São Pau lo

Para empresários e executivos do C-Level - o topo da cadeia administrativa -, tempo tornou-se um artigo de luxo tão cobiçado quanto difícil de obter. Mas, mesmo com a agenda apertada, algumas das principais lideranças empresariais do país têm dedicado tempo e atenção a questões que estão muito além das fronteiras de seus negócios, como educação, segurança e saúde públicas. O que os conecta é a Comunitas. Fundada há 25 anos, a organização social tem como fundamento fazer com que princípios essenciais à iniciativa privada, como governança, transparência, planos de metas e medição de resultados, também sejam aplicados à gestão pública, com o objetivo de entregar melhores serviços ao cidadão.

"Somos um "hub" de soluções de políticas públicas. Nossa metodologia é entender quais são as dores da sociedade, desenvolver as políticas para combatê-las e aportar as soluções necessárias para que os serviços públicos sejam mais rápidos, eficazes, inovadores e baratos", diz Regina Es-teves, presidente da Comunitas. Isso é feito por meio da cooperação entre governos, iniciativa privada e sociedade civil.

Na sexta-feira (26), a Comunitas realizou seu 18-Encontro de Líderes, sob o tema "Brasil do Futuro", no espaço JK Eventos, em São Paulo. Participaram 100 líderes empresariais e políticos, incluindo o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos); os governadores Eduardo Riedel (PP), do Mato Grosso do Sul; Mauro Mendes (PSD), do Mato Grosso; Rafael Fonteles (PT), do Piauí; e Raquel Lyra (PSD), de Pernambuco. Estiveram presentes também os prefeitos João Campos (PSB), do Recife, e Ricardo Nunes (MDB), de São Paulo, e o presidente do PSD, Gilberto Kassab, entre outros convidados.

Na abertura, José Roberto Marinho, vice-presidente do Conselho do Grupo Globo e presidente do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho, convidou a plateia a ocupar um papel ativo nas reformas necessárias ao país: "O Brasil só cresce e se desenvolve quando sociedade, governo e empresas trabalham juntos. Temos de deixar de ser apenas audiência e nos tomarmos protagonistas", afirmou o empresário, que integra o Núcleo de Governança da Comunitas.

A Comunitas é apartidária e não tem vinculação ideológica. Os recursos financeiros vêm da iniciativa privada, mas a organização não apoia projetos isolados ou que sirvam exclusivamente a uma determinada empresa ou setor econômico. Também não aceita ser paga por governos ou entes públicos.

"A demanda tem de vir da sociedade. Conversamos com administrações que estejam abertas às regras de governança e à cocria-ção de políticas públicas, avaliamos os planos de governo, identificamos as áreas estruturantes e oferecemos ajuda, com a consultoria de técnicos e especialistas", explica Esteves. Uma característica básica é que os projetos devem ser replicáveis, o que evita a necessidade de começar do zero a cada demanda identificada.

"Muitas iniciativas públicas demoram para ser concluídas por causa da burocracia estatal. O apoio da Comunitas é mais no sentido de trazer bons recursos técnicos e humanos do que financeiros", diz Carlos Jereissati Filho, conselheiro e membro da família fundadora da Iguatemi S.A., de shopping centers.

De maneira geral, ressalta o empresário, o governo tem dificuldade para inovar. Mesmo com dinheiro em caixa, a administração pública não costuma investir em soluções ousadas, em contraste com a iniciativa privada, para não se expor muito ao risco, já que gerencia recursos públicos e está sob escrutínio da sociedade. Ao financiar e conduzir o trabalho de prototipagem de projetos, a Comunitas acelera esse ritmo, afirma Jereissati. "Só há ganhos. Não se trata mais de construir mais uma escola, mas de cocriar uma nova concepção de escola, por exemplo. É outro modelo de raciocínio."

A Comunitas contabiliza 457 projetos concluídos, com o envolvimento de 679 lideranças públicas e impacto estimado em 118,8 milhões de cidadãos. Para Rubens Ometto, fundador e presidente do conselho do grupo Cosan - de energia, óleo e gás, logística, agronegócios e infraestrutura -, é uma fórmula "muito inteligente". "A Comunitas presta assessoria, o poder público executa as ações e a população acompanha o que é feito", resume.

A participação popular, que tende a ser mais efetiva no âmbito dos municípios, é fundamental para o sucesso

do modelo, ressalta o empresário. À medida que a esfera pública se amplia para os Estados, mais importante se torna o acompanhamento dos projetos pela população, como forma de reduzir a distância entre o cidadão e o governante.

"Essa é uma das bases da cocriação. É preciso estabelecer uma vinculação com o público que se quer atingir", diz Luiz Ildcfonso Simões Lopes, chairman executivo da Bro-okfield Brasil, que atua como gestora e operadora de ativos de grande porte. Por uma questão cultural histórica, muitos brasileiros preferem não participar de fóruns de decisão, mas posteriormente reclamam das decisões tomadas. "Tem gente que se orgulha de nunca ter ido a uma reunião de condomínio", cita Lopes. Para ele, é preciso não se acomodar a essa situação e encontrar a chave capaz de despertar o interesse da população. "Com os instrumentos certos, dá para fazer isso. As ferramentas tecnológicas simplificam esses procedimentos. A mesma pessoa que se recusa a integrar a sociedade de bairro participa ativamente da votação de reality shows."

O papel do gestor público, em especial o funcionário de carreira, é outro ponto importante neste debate. "Existe muita gente boa e bem formada na atividade pública", afirma Lopes. Jereissati concorda. Com a alternância de partidos e lideranças políticas no governo - um movimento natural da democracia, mas que às vezes leva ao abandono de projetos iniciados pelo antecessor no cargo -, os gestores públicos assumem o papel de carregar a memória do Estado e contribuir para seu funcionamento sem interrupções bruscas. A adoção de tecnologias capazes de aumentar a produtividade dos funcionários é um passo que os governos precisam observar com atenção para oferecer serviços mais eficientes ao cidadão, afirma o empresário.

A busca de produtividade é um dos elementos da proposta de Reforma Administrativa em tramitação no Congresso. "Fala-se muito em produtividade no setor privado, mas não no setor público", afirma o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do projeto na Câmara. O grupo de trabalho que trata do assunto vai propor três ações - uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), uma Proposta de Lei Complementar e uma Proposta de Lei Ordinária. A Reforma Administrativa foi tema de debate no Encontro de Líderes.

Entre as medidas sugeridas estão a obrigatoriedade de que as lideranças públicas apresentem um plano estratégico depois de empossadas, com cronograma de metas e modelos de acompanhamento. "Isso é iniciativa privada na veia", diz Pedro Paulo. O grupo também propõe uma tabela única para pagamento dos **servidores públicos**, além da revisão dos

supersalários, entre outras ações. As medidas incluem a concessão de bônus aos gestores que atingirem resultados estabelecidos a partir de indicadores baseados no planejamento estratégico, desde que o ente público mantenha boa saúde fiscal.

Esse ponto é um dos pré-requisitos para a ação da Comunitas. Quando assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul pela primeira vez, 80% da receita era destinada à despesa bruta com a folha de pagamento, diz o governador Eduardo Leite. Com as mudanças feitas, a porcentagem caiu para 60%. "O Estado estava numa crise fiscal violenta. Contamos com a Comunitas para obter diagnósticos precisos e formatar um projeto."

O apoio da organização também foi essencial na criação de uma política de segurança, marcada por reuniões periódicas com prefeitos e representantes de outros Poderes. Como resultado, os roubos de celulares no Estado caíram 80%, cita Leite. A taxa de crimes violentos letais intencionais entre jovens (15 a 24 anos) diminuiu de 74,3 para cada 100 mil habitantes em 2017 para 28,7 no ano passado.

Em Goiás, a situação fiscal também era caótica, diz o governador Ronaldo Caiado (União Brasil), eleito para o cargo em 2018 (com posse em 2019), depois de seis mandatos legislativos. A dívida com fornecedores e servidores somava R\$ 6,8 bilhões e o Estado estava bloqueado, sem acesso a empréstimos. Caiado conta que foi em busca da Comunitas, cujos consultores ajudaram a montar o organograma de governo e a definir critérios técnicos para a escolha do secretariado. Com o trabalho para organizar as contas em andamento foi possível definir as reformas prioritárias e investir nessas áreas, incluindo segurança pública.

Em Valparaíso, no entorno de Brasília, a ação das facções criminosas era tão ostensiva que havia uma placa de advertência no limite do município - "Você está entrando na cidade mais violenta do país" -, conta o governador. As seguradoras se recusavam a atuar no segmento de veículos a diesel. Com a consultoria da Comunitas, diz Caiado, foi montada uma estratégia de segurança que ajudou a reverter esse cenário. "Hoje, Goiás disputa com Santa Catarina o título de Estado que mais recebe migrantes."

A escalada da violência tomou a segurança pública um dos temas que mais mobilizam a população, com destaque ainda maior neste ano pré-eleitoral. No Congresso está em discussão a PEC da Segurança Pública. Para Hugo Motta, enfrentar o crime organizado requer entender o papel de cada esfera do governo e promover a troca de informações entre as forças policiais da Federação, de Estados e

municípios. O presidente da Câmara participou de debate sobre o tema no Encontro de Líderes.

O deputado Mendonça Filho (União-PE), relator da PEC na comissão especial que estuda o assunto, defendeu a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e ressaltou a necessidade de reforçar o combate ao crime organizado, cuja atuação se diversificou nos últimos anos. Em regiões periféricas e mais vulneráveis, a ação dos criminosos chega até a serviços básicos como gás e internet, disse o deputado durante o encontro.

Nas próximas semanas, segundo Pedro Paulo, serão apresentados cinco projetos com propostas no âmbito da PEC da segurança. A Comunitas reuniu um grupo de 30 especialistas, incluindo economistas, promotores, gestores públicos e delegados de polícia, para identificar problemas e fazer sugestões em sete áreas técnicas, que vão de mercados ilícitos ao sistema penitenciário. "Foram avaliadas mais de 3 mil propostas de legislação para chegar ao resultado", diz o parlamentar.

"Nossa metodologia é entender quais são as dores da sociedade"

Regina Esteves

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=51149&maxTouch=0>

Após dois anos, série de exceções enfraquece arcabouço fiscal

Giordanna Neves e Lu Aiko Otta De Brasília

Ao completar dois anos, o arcabouço fiscal foi objeto de dois estudos elaborados por consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados, obtidos pelo Valor. Eles mostram o acréscimo de quase 20 exceções à regra, incluindo projetos em tramitação, num processo que, segundo apontam, ajudou a enfraquecê-la. Os estudos não calcularam o impacto fiscal das mudanças.

Sancionado em agosto de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o arcabouço tem dois eixos: intervalo de 0,6% a 2,5% para o crescimento anual real das despesas primárias da União; meta de resultado primário, com intervalo de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"A cada ano, a tendência, em vez de fortalecer o arcabouço fiscal, tem sido deturpá-lo", diz o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator da regra na Câmara.

As iniciativas de drible partem do governo e do Congresso, diz o relator. "Quem vai pagar a conta sempre, cada vez que ele é desfigurado, é a sociedade brasileira", diz.

A pedido de Cajado, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara elaborou um estudo. Outro estudo, que aponta para 19 exceções ao arcabouço, foi elaborado pelo consultor Lúcio Guerra após consulta feita pela reportagem.

Ambos apontam para duas formas principais de enfraquecimento do arcabouço: adições à lista de despesas que ficam livres do teto e o uso de fundos para programas de governo. Gastos via fundos não impactam a regra fiscal, mas elevam a dívida pública.

O arcabouço foi, desde a origem, uma regra mais flexível que sua antecessora, o teto de gastos, porque era necessário recompor políticas públicas, disse ao Valor a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, o arcabouço nunca foi suficiente para reduzir a dívida pública do Brasil. "Nem era esse o objetivo. É suficiente para que, a partir de 2028, possamos ter a estabilidade da dívida", diz.

Nos bastidores, a equipe econômica avalia que será necessário voltar ao debate do crescimento de gastos

obrigatórios. Um integrante avalia ser necessário rediscutir o atrelamento dos benefícios sociais ao salário mínimo. Além disso, estabelecer que as despesas vinculadas, como os gastos com saúde e educação, devem aumentar até 2,5% ao ano acima da **inflação**. Hoje, esses gastos crescem conforme o desempenho da arrecadação.

Os dois estudos apontam para a trajetória da dívida pública como consequência do arcabouço fragilizado. O estudo da Conof diz que o endividamento hoje está maior e subindo mais rápido do que o projetado pelo governo federal em 2023, quando a regra foi proposta ao Congresso.

Naquele ano, o Ministério da Fazenda esperava que a dívida pública saísse de 72,9%, sempre em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**), em 2022 para se estabilizar pouco acima dos 77% a partir deste ano. Agora, o próprio governo calcula um cenário pior, com o indicador atingindo 84,3% em 2028 para só começar a cair no ano seguinte.

O estudo compara a trajetória esperada em 2023 com a vista agora. Cita projeções do mercado, colhidas no Boletim Focus, que mostram a dívida alcançando 84,05% em 2026.

"A previsão de que a dívida bruta continuará em expansão, a despeito de crescimento econômico mais robusto do que o planejado, se deve a juros reais significativamente maiores e a resultados primários muito abaixo do necessário", escrevem os consultores Márcia Moura e Ricardo Volpe.

Lúcio Guerra, por sua vez, diz que o Tesouro tem sido forçado a oferecer prêmios de risco cada vez maiores para financiar a dívida, como as Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), que passaram o patamar de 7% de juros anuais acima da **inflação**. "[É] o preço que o mercado cobra para financiar um governo cuja trajetória fiscal é percebida como incerta e arriscada", afirma.

Entre os principais acréscimos à lista de exceções ao limite de gastos do arcabouço, os estudos citam a exclusão, do arcabouço, das receitas próprias dos tribunais. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que levou a discussão ao Supremo Tribunal Federal (STF), argumentava que o regramento

atrapalhava a autonomia financeira do Poder. Segundo o estudo da Conof, o debate terminou com um acréscimo da ordem de R\$ 4 bilhões ao limite de gastos do Judiciário.

Os estudos falam também em dois fundos criados pela **reforma tributária**. São gastos que não afetarão o resultado primário nos primeiros anos, mas o impacto aparecerá no Orçamento de 2029, quando deverão receber juntos RS 40 bilhões. A reforma institui mais dois fundos para a Região Amazônica, cujos valores ainda não estão determinados.

O estudo da Conof cita ainda o acréscimo de órgãos do governo que foram classificados como Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), pois as despesas custeadas com recursos próprios ou de convênios delas não entram no limite de gastos. Originalmente pensada para beneficiar universidades, a regra hoje abarca diversos outros órgãos como, por exemplo, o Tribunal de Contas da União (TCU).

Procurado, o TCU informou que sua qualificação como ICT tem como objetivo fortalecer sua atuação técnica por meio do estímulo à pesquisa aplicada, à inovação e à modernização dos métodos de controle". Acrescenta que a medida "não tem relação com flexibilização de regras fiscais".

Outro ponto levantado pelos dois estudos é o uso de créditos extraordinários, que servem para fazer frente a despesas urgentes e inesperadas. Embora seja uma válvula de escape "clássica" das regras fiscais, seu uso tem sido ampliado com apoio de decisões judiciais. Assim, foram pagos com créditos desse tipo os precatórios de 2023 e o ressarcimento aos prejudicados pelas fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Por fim, os estudos falam sobre o uso de fundos de natureza privada alimentados por recursos públicos para executar despesas, algumas delas fora do orçamento. O caso mais conhecido é o do programa Pé-de-Meia que, após questionamento do TCU, foi incluído no Orçamento de 2026.

"Tal prática afronta o princípio da universalidade orçamentária, ao retirar da lei orçamentária anual a integralidade das receitas e despesas públicas, obscurecendo a transparência fiscal e comprometendo a avaliação adequada de riscos e passivos da União", critica o estudo da Conof.

Os dribles à regra fiscal não são exclusividade do Executivo. Na quarta-feira (24), a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 163/25, de autoria do deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que retira do limite de despesas do

arcabouço as despesas com saúde e educação financiadas pelo Fundo Social. A matéria será analisada no Senado.

Bulhões argumenta que a iniciativa é necessária para evitar que aportes adicionais em saúde e educação, estimados em RS 1,5 bilhão por ano, comprimam gastos discricionários (que podem ser cortados livremente) se forem contabilizados no limite do arcabouço.

Até o início deste mês, o arcabouço fiscal estava fadado a entrar em colapso a partir de 2027. Seria necessário, a partir daquela data, incluir integralmente o pagamento de precatórios no limite de gastos. Seria um acréscimo da ordem de RS 70 bilhões, o que deixaria o governo sem recursos para custear o funcionamento da máquina.

"O arcabouço não parava em pé em 2027 porque teríamos de colocar para dentro do limite de despesas todo o pagamento de precatórios, mas isso foi resolvido com a Emenda Constitucional 136", diz Tebet.

A emenda retira os gastos com precatórios do limite de despesas e prevê que a União deverá incorporar na meta fiscal o mínimo de 10% de todo o gasto com essa despesa ano a ano. Além disso, amplia o teto em R\$ 12,4 bilhões em 2026.

Se por um lado a mudança livrou o arcabouço da morte, por outro ela lançou dúvidas sobre o compromisso do governo com a própria regra, avalia Matheus Rosa Ribeiro, analista da BRCG.

Até a promulgação da emenda, explicou, havia a expectativa que o governo adotaria medidas adicionais de ajuste fiscal, para preservar discricionárias. "Mas o que ganhou protagonismo foi uma manobra na contabilização dos precatórios", observa. "A ancoragem de expectativas em relação às despesas públicas que o arcabouço trazia foi violada com a aprovação da Emenda Constitucional 136.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirma que o arcabouço "busca alinhar a política fiscal com a sustentabilidade da dívida pública no médio prazo". Também disse que as exceções ao arcabouço não foram "o fator determinante" para o crescimento da dívida pública no período, papel que segundo a pasta coube ao pagamento de juros.

"Entre setembro de 2023 e julho de 2025, o pagamento de juros foi de R\$ 1,54 trilhão", disse.

"Arcabouço é suficiente para que, a partir de 2028, possamos ter a estabilidade da dívida" Simone Tebet

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=51149&maxTouch=0>

Renan e Lira brigam pelo IR, mas estão de olho nas urnas de Alagoas em 2026

Carlos Madeiro

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) e o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) são adversários declarados e estão no centro de um duelo em torno do projeto de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil. Mas, por trás dessa disputa pela paternidade do projeto, está na verdade um embate inédito que os dois devem travar nas urnas de Alagoas em 2026.

Numa jogada já de olho na pré-campanha, Renan resgatou um projeto de 2019 do Senado e, a toque de caixa, conseguiu aprová-lo na Comissão de Assuntos Econômicos para tentar "furar" o projeto relatado por Lira na Câmara, que estava travado por outras votações, como a PEC da Blindagem.

Ao mesmo tempo, em acordo com o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) e líderes da casa, Lira anunciou que o projeto original da Câmara -costurado junto com o governo Lula- será votado na quarta-feira. Se isso ocorrer mesmo, o esforço de Renan no Senado, na prática, terá sido em vão.

O interesse popular na causa é evidente: ambas as propostas, se aprovadas, devem beneficiar 16 milhões de brasileiros.

Renan pouco ligou para o descarte que o projeto do Senado deve ter e usou as redes para propagandear e comemorar a aprovação -e, claro, alfinetar a Câmara. "O cronograma do IR na Câmara teve gaveta de 7 meses e blindagem BBB (bets, bilionários e bancos)", disse.

Sem citar nomes, Lira respondeu em seu X: "É reprovável que alguns oportunistas queiram fazer politicagem com o projeto de isenção do IR".

Renan e Arthur são pré-candidatos às duas vagas ao Senado de Alagoas e podem vencer juntos. Mas a eleição não será fácil, e ambos sabem disso e querem se armar ao máximo para evitar a derrota.

Pesquisa Real Time Big Data divulgada na última quarta-feira aponta Renan à frente em seis cenários, mas com uma ressalva: quando o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, o JHC (PL), entra na disputa, as posições mudam.

Nesse caso, o emedebista aparece em segundo:

O levantamento ouviu 1.200 pessoas entre os dias 22 e 23 de setembro, com margem de erro de três pontos percentuais.

A entrada de JHC na disputa é incerta. Ele teria feito um acordo em Brasília de que não sairia candidato em 2026 para que Lula indicasse sua tia Marluce Caldas ao STJ - o que foi concretizado em 10 de julho, após nove meses da indicação na lista tríplice.

Mas JHC nunca confirmou esse suposto acordo. Caso tenha existido, ele ainda poderia rompê-lo, avaliam políticos locais, citando que não seria a primeira vez que ele faria isso. "Em 2024, ele tinha um acerto de que o grupo de Lira indicaria o vice [de sua chapa], mas ele escolheu um nome seu", lembra um adversário.

Aliados de JHC dizem que ele vai disputar o governo do estado, como sempre esteve previsto. Mas há um problema: nesse cenário, JHC aparece em segundo lugar na pesquisa Big Data, atrás do ministro Renan Filho (MDB), que deve tentar voltar ao Palácio República dos Palmares (foi governador entre 2015 e 2022).

O prefeito tem acordo conhecido com Lira e com o vice-prefeito Rodrigo Cunha (Podemos), que renunciou ao Senado em 2024 e cedeu a vaga à mãe de JHC, Eudocia Caldas (PL), primeira suplente. Em troca, receberia a cadeira de prefeito em abril de 2026, com a renúncia do titular.

Com Arthur, o acordo prevê JHC candidato ao governo em dobradinha majoritária em 2026.

JHC, no entanto, não sinaliza seus planos, o que levou Arthur a iniciar sua pré-campanha sozinho pelo interior: tem rodado cidades praticamente todos os fins de semana.

Nos bastidores, fala-se que Arthur Lira está decidido a disputar o Senado, sem chance de recuar para tentar a reeleição na Câmara. Para seu lugar, deve lançar o filho, Álvaro Lira, o Alvinho, de 18 anos, hoje gestor administrativo da Prefeitura da Barra de São Miguel.

Diante do cenário em que JHC aparece com muito

mais chances ao Senado, a aposta mais forte hoje é que ele saia pela vaga a Brasília, deixando Renan e Arthur, em tese, com apenas uma vaga a disputar, o que deixará a eleição mais tensa.

Se decidir ficar na prefeitura até 2028, JHC romperia o acordo com o vice Rodrigo Cunha, que espera assumir o executivo de Maceió.

Mesmo que JHC não concorra ao Senado, dois nomes são vistos como adversários fortes ao Senado, em especial para Arthur. São eles: o deputado federal Alfredo Gaspar (União), relator da CPMI do **INSS**, e o ex-deputado estadual Davi Davino Filho (Republicanos). Ambos aparecem atrás de Renan, mas à frente de Arthur na pesquisa.

Davi é aliado de longa data de Arthur e dificilmente sairia candidato sem acordo.

Já Alfredo é mais incerto: ex-secretário de Segurança Pública no governo Renan Filho, ele traiu e rompeu com o grupo calheirista para apoiar Jair Bolsonaro em 2022 . Testado em pesquisas, ele aparece em segundo lugar em todos os cenários sem JHC.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2025/09/29/renan-e-lira-brigam-pelo-ir-mas-estao-de-olho-nas-urnas-de-alagoas-em-2026.htm>

Isenção do IR a R\$ 5.000 e reforma tributária: Congresso tem semana de pauta econômica

O Congresso Nacional terá uma semana de destaque para a pauta econômica, com votação do projeto para isentar do IR (Imposto de Renda) quem ganha até R\$ 5.000 e a possibilidade de concluir a análise das regras da **reforma tributária**.

A expectativa é que a **reforma tributária** vá ao plenário do Senado na terça-feira (30), enquanto a isenção do IR está prevista para o dia seguinte, na Câmara. As duas propostas ainda seguem em negociação.

A votação da **reforma tributária** é voltada para regulamentar a administração do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai substituir os **impostos** de estados e municípios. O relatório final será apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), que ainda avalia sugestões de outros parlamentares.

Entre destaques, a proposta define a criação do comitê gestor - grupo especial para coordenar o IBS, com definições voltadas para arrecadação e fiscalização do imposto.

A previsão é que o comitê conte com secretários de Fazenda de todas as unidades da federação. Outra parte da composição será por eleição a partir de consulta de prefeitos. O texto já passou pela Câmara e agora pode ser concluído no Senado. A depender da versão final, a proposta poderá voltar para análise de deputados.

A proposta na Câmara prevê retirar a cobrança do IR para quem ganha até R\$ 5.000, além de permitir um benefício gradual até R\$ 7.350. Segundo o relator do texto, deputado Arthur Lira (PP-AL), as adequações devem beneficiar até 16 milhões de brasileiros.

A adequação para as faixas de renda tem amplo apoio entre deputados e deve avançar de forma "unânime", segundo indicou o relator. Parlamentares ainda discutem as formas de compensação que são previstas no texto.

Para arcar com o benefício, o Planalto sugeriu outros caminhos de arrecadação, que provocam divisões entre os deputados, como a tributação dos super-ricos,

a isenção de cobranças ligadas à infraestrutura e pagamentos feitos por universidades ligados ao ProUni (Programa Universidade para Todos).

"A gente não pode querer que o projeto seja arrecadatório, mas não pode querer impor também dificuldades de compensação. Ou seja, 'vamos derrubar tudo e vai ficar só exceção'. Não vai criar um problema", afirmou Lira, na última semana. Após análise da Câmara, o texto seguirá para o Senado.

A votação do IR vem após pressão do Senado, que votou um texto alternativo que também prevê adequação da tabela do imposto a partir de 2026. A versão resgata um projeto de 2019, defendendo pontos de arrecadação indicados pelo Planalto.

O texto seguiu para a Câmara, mas não deve ser incluído na proposta de Lira, que tem apoio do governo. A votação incomodou deputados e tem sido apontada nos bastidores como uma disputa por capital político.

A decisão do Senado em enterrar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) das Prerrogativas também contrariou votos de deputados e impactou o clima entre as duas Casas.

Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7 , o portal de notícias da Record, no WhatsApp

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/isencao-do-ir-a-r-5000-e-reforma-tributaria-congresso-tem-semana-de-pauta-economica-29092025/>

Anfavea quer teto de 5% para imposto seletivo

Uma nova etapa da regulamentação da **Reforma Tributária**, que será votada nesta terça-feira pelo Senado, tratará do Imposto Seletivo para automóveis. Conhecido como "imposto do pecado", o tributo incidirá sobre produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Nos últimos dias, representantes dos fabricantes de veículos estiveram em contato com os senadores para defender um limite para esse novo imposto.

A Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) defende o teto de 5% para o tributo, que incidirá a partir de 2027. O texto que será apreciado pelos senadores já prevê limites máximos para outros setores, como bebidas açucaradas e bens minerais.

Para o presidente da Anfavea, Igor Calvet, os mesmos critérios deveriam valer para o setor automotivo. "Não estamos pedindo tratamento especial, mas sim a Igor Calvet, presidente da Associação da mesma lógica já adotada para outros setores", diz.

A menos de um ano e meio da entrada em vigor da **Reforma Tributária**, o clima é de apreensão na indústria de veículos. A indefinição das regras, segundo Calvet, traz insegurança na cadeia de um setor cujo planejamento de lançamentos e de produção é de longo prazo. "Não sabemos como estaremos até lá", destaca Calvet.

Segundo o dirigente, com teto de 5%, a carga tributária dos automóveis depois da **reforma tributária** permaneceria praticamente igual à atual. Segundo ele, acima disso, o risco de aumento da carga contraria a proposta original da reforma, que prometia simplificação e neutralidade fiscal.

Segundo Calvet, a alta dos juros já provocou a retração da demanda, sobretudo no segmento de caminhões. Algumas empresas da cadeia de fornecedores, disse, já começam a recorrer a férias coletivas e "lay-off" (suspensão temporária dos contratos de trabalho).

O Imposto Seletivo se somará ao IPI Verde, um novo cálculo criado no programa de incentivos fiscais Rota 2030, que prevê a tributação dos veículos de acordo com o nível de emissões, desde a produção do combustível até os gases do escapamento. A ideia do

governo é cobrar mais imposto dos automóveis mais luxuosos e que não permitem ser abastecidos com etanol (caso dos importados).

Já o Imposto Seletivo deve incidir sobre todos os tipos de motorização. Depois da votação no Senado, o texto retornará à Câmara dos Deputados para nova análise.

IPI Verde e Imposto Seletivo seguirão a transição gradual, prevista para todo o novo sistema tributário. Em 2026 começarão a ser testados, sem recolhimento efetivo, a CBS (Contribuição Sobre Bens Serviços), que substituirá **impostos** federais sobre o consumo, como PIS/Cofins, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Nos bastidores, comenta-se sobre a suspeita de que, "para fechar a conta" do orçamento, o governo se concentra em setores que "garantem fácil arrecadação", visto que a indústria automobilística é formada por um número menor de empresas na comparação com outros setores da indústria.

Nas conversas com os senadores, os representantes das montadoras usaram, como principal argumento, os pesados investimentos anunciados pelo setor para a década (cerca de R\$ 130 bilhões), a maior parte voltada à produção de veículos eletrificados. Além disso, a legislação brasileira já estabelece índices decrescentes de emissões veiculares.

Quando o texto voltar à Câmara, os representantes das montadoras voltarão a entrar em ação. Será, no entanto, uma abordagem mais complicada. Não apenas por envolver número maior de parlamentares, mas também porque nesse momento estarão em jogo os interesses políticos dos deputados que representam Estados onde estão instaladas fábricas de veículos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188347?page=1§ion=1>

Atuação de fintechs não baixou juros, dizem bancos

Álvaro Campos

A maior participação das fintechs no mercado brasileiro nos últimos anos não levou diretamente a uma redução dos juros cobrados dos clientes. Segundo os bancos incumbentes, alguns dos principais fatores para as taxas elevadas são inadimplência e tributação, que não são afetadas por uma competição mais acirrada. Essa conclusão, por sua vez, pode levar a uma discussão sobre se os incentivos regulatórios e tributários dados às fintechs são justificáveis, na visão dos bancos.

Um estudo feito pela Oliver Wyman, encomendado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), mostra que o principal item na formação dos juros é o custo de captação (37,2%), que depende de uma série de fatores, inclusive da Selic. Depois vêm a inadimplência, com 21,0%; despesas administrativas, com 15,6%; tributação e contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), com 13,1%; e a margem financeira, com 13,1%, de onde vem o lucro dos bancos.

Já se for analisado o spread bancário - basicamente a diferença entre a taxa à qual o banco empresta e aquela em que ele financiou - o maior componente é a inadimplência, com 33,5%. Depois vêm as despesas administrativas, (24,8%); **tributos** e FGC (20,9%); e a margem financeira (20,9%). Considerando que o spread bancário médio foi de 20,4 pontos percentuais em junho, a Febraban diz que, mesmo que o lucro fosse zero, ainda assim esse spread cairia apenas 4,3 pontos. "Uma redução estrutural do spread depende de avanço na pauta de redução dos custos de intermediação financeira", diz o estudo.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, afirma que neste momento em que a indústria vive um freio de arrumação após questões recentes de segurança, também seria oportuno olhar os benefícios que deveriam ter chegado com os novos entrantes. "Esses benefícios ainda não chegaram, em termos de preços, de juros cobrados. Os incentivos regulatórios precisam resultar em benefícios para o consumidor", diz. "Sempre se falou que os bancos praticam juros altos para terem mais lucros, e resolvemos enfrentar esse debate. Primeiro, porque é uma falácia e, segundo, porque é uma narrativa conveniente para algumas instituições se esconderem e aparentarem que

praticam jurospreads menores." Procurada para responder ao estudo da Febraban, a Zetta, que representa grandes fintechs, como Nubank e Mercado Pago, afirmou que os novos entrantes têm exercido papel crucial para impulsionar a inclusão financeira e democratizar o acesso ao crédito. Exemplo disso é que o número de pessoas físicas no sistema financeiro saltou de 76,3 milhões em 2018 para 163,3 milhões em 2025. "Apesar dos avanços promovidos pelas fintechs, o mercado ainda é muito concentrado: os cinco grandes bancos detêm mais de 70% do crédito para PF [pessoa física] e 64% dos depósitos." A Zetta aponta ainda que o recente relatório anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o Brasil mostra que os efeitos acumulados da competição gerada pelas fintechs resultaram numa queda de 3 pontos percentuais nas taxas de juros entre 2020 e 2024.

Especialistas ouvidos pelo Valor apontam que os benefícios fiscais e regulatórios oferecidos às fintechs ao longo da última década foram importantes para estimular a competição. Para Boaventura D'Avila, diretor de indústria financeira na Accenture, o BC teve um papel forte em incentivar a digitalização e a inovação. "Foi um cenário bem positivo, e o Pix também teve uma colaboração absurda para a inclusão financeira. Além disso, os incumbentes aprenderam com isso, tiveram de se movimentar, correr atrás." Silvio Marote, sócio da Bain, tem uma visão semelhante. "Claramente a experiência dos clientes é melhor hoje do que há quatro, cinco anos, e isso pode ser atribuído sim à chegada dos players puramente digitais. É difícil avaliar se eles teriam chegado onde chegaram sem os incentivos", pondera. Tanto ele como D'Avila ressaltam, no entanto, que algumas fintechs ficaram muito grandes e não faz mais sentido elas terem regras diferentes dos bancos tradicionais. "Dada a dimensão, o peso que alguns assumiram no sistema, não me parece coerente que tenham exigências menores", diz o consultor da Bain.

O executivo de uma grande fin-tech aponta que parte da conclusão do estudo da Febraban, de que as fintechs não cobram juros menores e, por isso, não contribuíram para uma redução das taxas na indústria como se imaginava que aconteceria, não é verdadeira. "Muitas fintechs atuam com públicos de baixa renda, que não eram atendidos pelos grandes bancos. Eles têm um perfil mais arriscado, por isso é necessário cobrar juros mais altos. Não dá para comparar banana

com laranja, a gente atende a base da pirâmide." Um analista de "sell-side" lembra que na década de 1990, com o Plano Real e o saneamento do sistema bancário, o BC acabou estimulando a concentração, para tornar o sistema mais robusto. Assim, é normal um movimento pendular, com uma maior abertura na década de 2010 e uma tendência que começa a se desenhar atualmente de voltar a se preocupar mais com a segurança e um pouco menos com o estímulo à inovação e à competição.

Para o diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Febraban, Rubens Sardenberg, é preciso atacar os principais componentes do custo do crédito. Isso inclui uma política fiscal mais rigorosa, que permitiria uma queda da Selic e alongamento dos prazos médios dos financiamentos; e outras medidas estruturantes e regulatórias. O marco de garantias, aprovado no fim de 2023, vai na direção correta, diz. "O novo consignado privado também é um avanço, é uma linha com garantia." Na parte de tributação, o estudo aponta que o setor bancário pagou R\$ 473,1 bilhões em **impostos** diretos e indiretos em 2024. Considerando o valor adicionado por cada setor no **PIB**, o bancário seria, proporcionalmente ao seu tamanho, o maior pagador de **impostos**, com sua contribuição respondendo por 54,2% do que ele gera para a economia. "Embora não seja o setor com maior lucratividade, que vem reduzindo ano a ano, o setor financeiro é o maior pagador de **tributos**", aponta o levantamento da Febraban.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Luís Roberto Barroso: Perdão imediato é uma medida negativa (ENTREVISTA)

Ana Dubeux +

O ministro Luís Roberto Barroso encerra hoje a passagem na Presidência do Supremo Tribunal Federal com uma lista de realizações, algumas frustrações e uma página ainda a ser escrita. Após dois anos à frente do cargo, ele passará o mandato ao ministro Edson Fachin convencido de que deu contribuições importantes ao Judiciário brasileiro, tanto no comando da Suprema Corte quanto na presidência do Conselho Nacional de Justiça. Sobre esse último, Barroso se diz realizado com a adoção do Exame Nacional da Magistratura e as ações afirmativas para ampliar a presença de mulheres e de juízes negros.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Mas há questões ainda a resolver. Barroso ressent-se de não ter ajudado mais o país a encontrar a pacificação dentro do ambiente democrático. O seguidor do pensamento kantiano se diz otimista porque entende que o Brasil evoluiu no curso da história. E que o julgamento da trama golpista tem um papel fundamental nesse sentido, pois rompe com a tradição de golpes, contragolpes e anistia.

Sobre o futuro, o ministro se diz sereno. Pretende fazer um retiro - ele é adepto da filosofia espiritual Brahma Kumaris -, antes de decidir se permanece no Supremo ou segue outro destino. Fã incondicional de Chico, Caetano e Bethânia, não citou ao Correio se aprecia Zeca Pagodinho. Mas o verso do cantor resume bem o atual momento do magistrado nascido no Rio de Janeiro: Deixa a vida me levar.

Se houver uma estratégia por trás do que está acontecendo, acho que não. Se tivesse sido um impulso de uma pessoa mais ciclotímica, aí pode ser que sim. Mas é uma coisa curiosa: depois de brigar tanto e dizer tanto, veio com Eu tive uma química. Mas o Lula é muito sedutor mesmo.

Ah, mas em um segundo, com um olhar, quem já se apaixonou sabe. Um olhar pode resolver tudo. Mas é porque o Lula transmite uma coisa boa. Ele tem uma energia.

Logo depois que o presidente foi eleito, antes de tomar posse, ele foi à minha casa. Um amigo em comum o

trouxe para conversar. E a minha sogra, que é estrangeira, nunca teve muito interesse por política e não gostava dele. Em 10 minutos, estava aos pés dele, amor eterno. Ele é sedutor. Tem carisma, é empático. É capaz de dizer coisas, conversar com as pessoas. Não concordo com muitas coisas, mas gosto dele. E ele é uma pessoa agradável de conversar. Não é pretensioso, conta histórias. Ele deixa você à vontade.

O custo pessoal não tem a ver apenas com essa questão dos Estados Unidos. Ele já vem de antes. Vou dar um exemplo: entrei para o Supremo em 2013. Em 2014, teve a Copa do Mundo. Eu fui à final da Copa com a minha mulher e meus dois filhos, nós quatro sozinhos, na arquibancada do Maracanã. Era uma área mais reservada, mas fomos sem nenhum tipo de preocupação com segurança. Em 2016, fui à abertura dos Jogos Olímpicos com Teori Zavascki - saudoso Teori Zavascki - e meu filho. Nós três, sem nenhuma segurança, na arquibancada do Maracanã, vendo a abertura das Olimpíadas. Hoje em dia, eu só saio na rua com pelo menos três seguranças. Essa foi a transformação que ocorreu no Brasil. Esse é o custo pessoal que se manifesta nos momentos de ameaças que a gente recebe, em algum tipo de agressão.

Teve um estado da Federação em que a casa onde eu estava foi cercada por 300 pessoas que ameaçavam invadi-la. Precisei sair em carro blindado. Fui cercado no aeroporto de Miami uma vez, às vésperas do 8 de Janeiro. Eu estava voltando para o Brasil. Tinha ido passar apenas o réveillon, porque minha filha estava estudando lá, e minha mulher já estava doente, inconsciente. Voltando para casa, fui cercado de forma muito agressiva. O custo pessoal entra aí, falando do meu caso. Mas depois que começou o inquérito do golpe com o ministro Alexandre, ele passou por situações piores que as minhas, e isso afeta os nossos filhos. Quando um ministro passa por isso, mal ou bem, nós escolhemos estar na vida pública. Mas quando atinge sua mulher, seu filho, sua filha, aí é algo que dói muito mais.

Outro custo pessoal. Quando falei em custos pessoais, é claro que depois veio a Magnitsky, que é um custo altíssimo. Porque uma coisa é não poder entrar nos Estados Unidos - esse é um poder discricionário do país. Mas aplicar a Magnitsky afeta a vida da pessoa em qualquer lugar do mundo. Esse é um custo pessoal

alto. Portanto, eu me referia a esse conjunto de questões. Você passa a viver permanentemente preocupado com segurança.

Acho que isso se deve a uma maneira de fazer política que despertou um ódio que antigamente não existia na vida brasileira. Um modo de fazer política que extraiu o pior das pessoas e que liberou muitos demônios: raiva, agressividade, misoginia, homofobia, racismo, antiambientalismo. Houve uma liberação global de ódio, trazida por um tipo de populismo autoritário que piorou muito a qualidade das democracias em todo o mundo.

Eu sempre acredito que a vida vai melhorar. Eu sou um sujeito kantiano, e a visão kantiana da vida, de Immanuel Kant - que foi o grande filósofo do Iluminismo - é a de que a história é uma marcha contínua na direção do bem, da justiça e do avanço do processo civilizatório. Ela apenas não é linear. Então, às vezes, olhando da superfície, pode parecer que está piorando. Mas a história flui como um rio subterrâneo para onde tem que ir, e eu acho que esse caminho é o do aperfeiçoamento da justiça e do avanço civilizatório. E não digo isso por ingenuidade. Digo olhando para a história. O mundo vem de um tempo de sacrifícios humanos, de despotismos bárbaros, e hoje vivemos a era dos direitos humanos. Ainda não totalmente implementados, mas, atualmente, todos defendem os direitos humanos. Portanto, acho que avançamos. Talvez não na velocidade desejada, mas na direção certa. Só que a história é feita de avanços e de retrocessos. Certamente estamos vivendo um momento de retrocesso.

Olha, estou aqui consultando a lista das coisas que conseguimos decidir. O tribunal se uniu em torno de algumas questões muito importantes. Antes, o tribunal havia se dividido, sobretudo em temas penais e no enfrentamento à corrupção. Ali se via um tribunal mais dividido. Mas depois, no governo passado, o tribunal se uniu para proteger as pessoas durante a pandemia. Houve um negacionismo significativo que colocava em risco a vida da população, e o Supremo interveio para autorizar estados e municípios a adotarem medidas que a União não tomava; para determinar a elaboração de um plano de vacinação; para tornar a vacinação compulsória; para impedir uma campanha do governo que incentivava as pessoas a voltarem às ruas e ao trabalho quando a OMS recomendava o distanciamento social; e para validar decisões dos estados que proibiam cultos religiosos no auge da pandemia. Então, o tribunal se uniu para proteger vidas. Esse foi, talvez, o primeiro momento em que a unanimidade se estabeleceu no Supremo Tribunal Federal.

Depois, diante do negacionismo ambiental, o tribunal também tomou decisões importantes em relação ao Fundo Amazônia e ao Fundo Clima, cujos recursos estavam parados em conta, embora fossem destinados a combater a mudança climática e o desmatamento - problemas globais. Parte desse dinheiro vinha da Noruega e da Alemanha, com destinação específica de acordos internacionais, e a ideia era deixá-lo parado em vez de investir em projetos. Nós intervimos também. Portanto, o tribunal começou a se unir em torno de pautas contra o negacionismo - primeiro da pandemia, depois ambiental. Para se ter uma ideia da má gestão da pandemia no Brasil: o país tem pouco mais de 2% da população mundial e registrou cerca de 10% das mortes. Esse foi o tamanho da gestão malfeita.

Depois, vieram os ataques à democracia, os ataques verbais ao Supremo e aos ministros. A questão do voto impresso nos uniu porque - eu estou absolutamente convencido disso, e por isso me empenhei tanto para impedir - era um dos pilares do golpe. Tratava-se de preparar o ambiente para contestar o resultado eleitoral em caso de derrota. A proposta era voto impresso com contagem manual e pública. Essa proposta foi rejeitada. Hoje, alguns negam, mas está nos registros. Eles têm um pouco de vergonha do que fizeram, mas a proposta era essa. Imagine: se essas pessoas mais radicais foram capazes de invadir o Supremo, o Congresso e o Planalto, o que não fariam em seções eleitorais, em que suspeitassem que estavam perdendo, com votos sendo contados manualmente? Sem mencionar que os votos teriam de ser transportados das escolas para algum outro lugar, podendo levar uma semana para a contagem, o que é inviável, pois as aulas precisam continuar. Portanto, o tribunal se uniu contra o voto impresso e, depois, contra outras medidas de esvaziamento de órgãos da sociedade civil.

Progressivamente, houve maior tensão entre o tribunal e o ex-presidente. Mas o Supremo se manteve firme e conseguiu, penso eu, evitar um golpe. Hoje, depois dos julgamentos, vemos todas as evidências de que havia um esquema para desacreditar o sistema eleitoral - muitas provas, inclusive, de ordens para alterar relatórios das Forças Armadas que haviam concluído não haver fraude. Ora, para que mandar mudar um relatório científico que atesta ausência de fraude? Apenas para criar um ambiente de descrédito do resultado eleitoral.

Olha, foram aplicadas as penas previstas na legislação. Mas é importante esclarecer: no Brasil, ninguém cumpre 27 anos integralmente. As regras de execução penal são bastante flexíveis, sobretudo em casos de bom comportamento. Mas as penas foram resultado do somatório dos tipos penais que a turma aplicou. Eu

não participei desse julgamento, portanto não posso opinar sobre o mérito. No caso do 8 de Janeiro, participei dos primeiros julgamentos, porque eram no plenário. Ali, eu fixei uma pena um pouco mais baixa, porque não considerei, cumulativamente, golpe de Estado e abolição violenta do Estado de Direito. Por isso, minha pena foi alguns anos menor. Mas prevaleceu a posição da maioria, que entendeu que houve os dois crimes. Então, acho que a pena é alta, mas é a pena prevista na lei.

A minha presidência foi muito pacífica, tanto do ponto de vista interno quanto da relação com os outros Poderes. Do ponto de vista do relacionamento entre os Poderes, foi um momento de convivência independente, mas harmoniosa. No plano interno, também foi um período muito pacífico. O Supremo vive hoje um momento harmonioso, em que as pessoas se gostam, se admiram e se ajudam. Eu fui muito feliz por ter contribuído para isso, dando continuidade ao trabalho da ministra Rosa Weber, que exerceu uma liderança muito relevante nesse sentido. Portanto, considero que temos um tribunal pacificado em termos de convivência interna. Claro, houve momentos de tensão, como neste julgamento recente, em que o ministro Fux teve uma posição diferente - o que é legítimo, pois a independência judicial deve ser respeitada. Mas, no geral, a minha presidência foi sem atritos pessoais, o que já é uma grande conquista.

Do ponto de vista da sociedade em geral, eu procurei otimizar a comunicação. Fiz um pacto pela linguagem simples: toda decisão plenária passou a ser acompanhada de uma explicação em uma página e meia, no máximo duas, informando o fato relevante, a discussão jurídica e o que foi efetivamente decidido. Acho que isso aproximou mais a sociedade do tribunal. Também me esforcei para dialogar com todos os setores. Conversei com o agronegócio, estive em Mato Grosso com representantes da Aprosoja, visitei comunidades indígenas, dialoguei com entregadores de aplicativo, com empresários da Fiesp e com sindicalistas da CUT. Eu sou uma pessoa que gosta de ouvir todos os lados e procuro agir com equilíbrio. O mundo vive tensões, o Brasil tem suas tensões, mas para mim foi um período muito feliz presidir o Supremo.

Consegui realizar quase tudo o que eu pretendia. Julgamos casos importantíssimos: responsabilidade das plataformas digitais, em decisão que considero a mais moderada e equilibrada do mundo; descriminalização parcial do porte de drogas, para enfrentar o hiperencarceramento de jovens primários e de bons antecedentes; segurança pública no Rio de Janeiro e a letalidade policial, com a definição do dever do Estado de retomar territórios dominados pelo crime; temas ambientais, julgados com unanimidade

ou quase unanimidade; execução imediata das decisões do júri, para evitar a cena dolorosa de condenados saindo livres diante das famílias das vítimas; plano de dignidade mínima para o sistema prisional; e limites ao assédio judicial contra jornalistas. Realizamos ainda a desintrusão de 10 terras indígenas, com apoio do tribunal, das Forças Armadas e da Polícia Federal. Enfrentamos parte da litigiosidade na área da saúde, relativa ao fornecimento de medicamentos e tratamentos, tanto no setor público quanto no privado. Portanto, foi um período de muita produtividade em temas relevantes para o país.

No CNJ, que é onde se faz política pública, eu acho que conseguimos mudar o Judiciário. O sistema brasileiro vai ser outro, por medidas que implementamos. Criei o Exame Nacional da Magistratura, que é pré-requisito para inscrição em qualquer concurso da magistratura. Cada tribunal continuará a fazer seu concurso, mas só pode ser juiz quem tiver passado nesse exame, que estabelece um padrão nacional mínimo de suficiência. Isso também combate rumores de favorecimentos que cercavam alguns concursos. Agora, se o parente de alguém passar, ótimo, mas terá que ter passado pelo exame nacional.

Outra medida importante foi a implementação da paridade de gênero nas promoções por merecimento para os tribunais de segundo grau, a partir de resolução já aprovada na gestão da ministra Rosa Weber, mas que não estava sendo cumprida. Houve resistências, sobretudo em São Paulo, mas conseguimos implementá-la com apoio do presidente do TJ-SP. A regra é simples: se um homem for promovido por merecimento, a vaga seguinte deve ser de uma mulher; se uma mulher ocupar a vaga anterior, pode haver outra mulher, até se atingir 40% de participação feminina, que corresponde ao percentual de juízas no primeiro grau. Hoje, elas são apenas 21% no segundo grau, em parte porque enfrentam barreiras estruturais e sociais.

Instituímos uma ação afirmativa para candidatos negros. Antes, a nota mínima para aprovação nos concursos era 5. No exame nacional, elevamos a nota para 7 na ampla concorrência, mas mantivemos 5 para os candidatos autodeclarados negros. Assim, não diminuimos a exigência, mas aumentamos o rigor geral, ao mesmo tempo em que possibilitamos inclusão. Já aprovamos 15 mil candidatos, sendo 4.500 negros, dos quais 750 receberam bolsas em cursos preparatórios gratuitos e 124 receberam bolsas de R\$ 3 mil, custeadas pela iniciativa privada. Em pouco tempo, cinco desses bolsistas já passaram em concursos. Portanto, considero que as medidas mais importantes foram: elevar a qualidade do Judiciário,

ampliar a equidade de gênero e aumentar a diversidade racial. Esses avanços terão efeitos de médio e longo prazo e, para mim, foram a parte mais relevante da minha gestão.

Eu gostaria de ter contribuído mais para pacificar o país. Acredito em uma sociedade em que pessoas que pensam diferente possam sentar à mesma mesa, conversar e expor argumentos de forma civilizada. Para mim, o Judiciário e a Constituição devem integrar todos, porque o país tem espaço para todos. As divergências devem ser debatidas civilizadamente, e a cada tempo deve prevalecer a vontade da maioria. Esse ambiente de raiva e ódio que ainda existe faz muito mal ao país, às pessoas e a mim também. Eu queria ter avançado mais nessa agenda de resgate da civilidade.

Dou um exemplo: convivo aqui no Supremo com o ministro André Mendonça. Temos visões muito diferentes em várias matérias, mas eu gosto dele, o admiro e somos amigos. Portanto, a divergência não impede a convivência respeitosa. Minha ideia era que esse modelo se replicasse para o Brasil. Nas eleições, por exemplo, o presidente Lula e o governador Tarcísio poderão disputar, cada um com suas propostas. Mas o debate deve ser civilizado, qualificado e sem ódio. Acho que até melhoramos nesse aspecto, mas ainda resta um resíduo de raiva e ressentimento, inevitável diante dos julgamentos do 8 de Janeiro e do golpe. Esses processos eram fundamentais e não poderiam deixar de ocorrer.

Aconteceu uma coisa no mundo que foi uma certa captura do pensamento conservador pelo extremismo. Não foi só no Brasil, aconteceu em muitas partes do mundo. O pensamento conservador, que é uma das opções legítimas da democracia - porque a democracia comporta correntes conservadoras, progressistas, liberais - significa basicamente a defesa do status quo, ou seja, preservar a ordem existente, ou admitir que, se a mudança for inevitável, ela deve ser incremental, lenta e progressiva. Isso é o conservadorismo. Os extremistas, ao contrário, são disruptivos. Eles não são conservadores, são contra as instituições. Querem destruí-las e não são claros no que desejam colocar no lugar. Portanto, no Brasil, também aconteceu essa confusão. Eu distingo muito o pensamento conservador do extremismo, e acredito que o pensamento conservador no Brasil, aos poucos, vai se distanciando desse radicalismo. Uma anistia imediata aos julgamentos faria com que tudo o que passamos não tivesse valido a pena.

O direito penal tem muitas funções, mas uma delas é central: a prevenção geral. Isso significa que as pessoas deixam de cometer delitos pelo temor fundado de que, se o fizerem, serão punidas. Quando

you pune alguém por um golpe de Estado, você está avisando que, de agora em diante, qualquer pessoa que tente um golpe será criminalmente responsabilizada. A história do Brasil sempre foi marcada por golpes, contragolpes, perdões e anistias. E isso nunca encerrou os ciclos do atraso.

Este julgamento tem o papel exemplar para a História: mostrar que os ciclos do atraso ficaram para trás. Se você concede anistia, repete a história - e repete como farsa. E aí o Brasil continua preso ao ciclo de golpes.

Eu não participei desse debate quando ele voltou à pauta recentemente. Vou dizer com franqueza: eu já tratei desse tema em outra ocasião. Eu fui ao funeral do papa Francisco - o presidente Lula me chamou, assim como os chefes dos outros Poderes. O papa era uma figura que tinha um peso imenso no mundo. Nesse funeral, eu fiquei bastante tempo no transporte, engarrafado, inclusive, junto com o presidente Davi Alcolumbre e com o presidente Hugo Motta. Fomos os três na van e conversamos. Naquele momento - em abril - eu já havia votado, nos casos do 8 de Janeiro, por uma pena menor. Estava em debate a questão de que algumas penas estavam excessivas.

Conversamos sobre a possibilidade de, por lei, prevalecer a minha posição, que não era de negar o Estado de Direito democrático, mas de ajustar a dosimetria. Eu até conversei internamente e era algo aceitável dentro do tribunal. Na ocasião, eu disse a eles que estávamos falando especificamente dos casos do 8 de Janeiro, em que algumas penas tinham ficado mais altas pela forma como a maioria aplicou a lei. Se prevalecesse a minha visão de não acumular penas, haveria uma redução de alguns anos, permitindo antecipar a saída de condenados após o cumprimento de parte da pena. Isso me parecia uma boa ideia, e foi a única vez que tratei do assunto.

Continuo achando essa solução palatável. O que eu considero problemático é uma redução casuística de penas, de simplesmente cortar pela metade, porque isso soa artificial. Além disso, acho que precipitaram o debate. Esse tema deveria ser discutido mais adiante. Qualquer medida que se pareça com um perdão imediato ou uma afronta às decisões do Supremo não é positiva institucionalmente.

Eu ainda tenho alguns compromissos no tribunal e também compromissos acadêmicos. No fim de outubro, vou fazer um retiro espiritual. De vez em quando, faço isso em uma instituição ligada à Brahma Kumaris. É uma filosofia espiritual, não é uma religião. Já fiz retiro de silêncio, retiro de meditação, e agora vou fazer novamente um de silêncio, para pensar na vida de forma mais ampla. Não tenho uma razão específica para deixar o Supremo, mas já estou aqui

há 12 anos e sinto que cumpri o papel que gostaria de ter cumprido. Tenho, portanto, as duas possibilidades na mesa: ficar, num lugar onde sou feliz e não tenho problemas, ou seguir outros caminhos. Eu tinha um professor que dizia que todo docente, depois de 10 anos de aulas, deveria jogar fora todas as fichas e recomeçar do zero, para se renovar. Acho que estou nesse momento: posso me repensar e decidir continuar fazendo o que já faço, ou escolher algo novo.

Quando minha mulher era viva, tínhamos um trato: depois da presidência, eu me aposentaria para viajarmos e aproveitarmos mais a vida. A doença dela precipitou esse processo, e eu já não tenho essa motivação específica. Hoje, posso ficar aqui, onde me dou bem com as pessoas e gosto do trabalho, ou sair. Preciso refletir se ainda faço diferença ou se é hora de alguém novo assumir.

Eu não poderia advogar aqui no Supremo, e não tenho vontade de voltar para uma advocacia intensa. Graças a Deus, no fim da minha carreira na advocacia, tive bastante sucesso e uma vida material confortável. Isso me permitiu dedicar-me a causas pro bono e de direitos humanos, que sempre me interessaram. Mas, como disse, aqui não posso advogar por três anos, e não penso em retomar uma advocacia pesada. Se eu soubesse, talvez escrevesse minhas memórias. Gosto muito de educação e da vida acadêmica, e tenho vontade de criar uma instituição filantrópica para projetos que considero importantes.

Sinto falta de poder pensar o Brasil e falar com mais liberdade, porque aqui no Supremo é preciso exercer certa autocontenção. O Supremo tem atrativos, como a visibilidade, mas fora dele também há atrativos, como a liberdade de pensar e expressar ideias. Por isso, digo que tanto o plano A quanto o plano B são bons. Tenho uma atitude de contentamento. O retiro vai me ajudar a refletir. Prefiro não dizer para onde vou, porque hoje em dia qualquer detalhe pode ser usado de forma maldosa. Mas será um momento de recolhimento, de silêncio, de repensar a vida.

Olha, eu gostaria de ser lembrado, na minha passagem pelo Supremo, como alguém que, em todos os momentos, procurou fazer o que é certo, justo e legítimo. Estou aqui há 12 anos e não tenho nenhuma decisão da qual me arrependa ou que eu diga que faria diferente. Em todos os casos, eu estudo, converso com a minha assessoria mais próxima, formo uma convicção sobre o que considero correto e decido. Não tenho medo de nada. E digo isso não por arrogância ou pretensão, mas porque tenho uma convicção muito profunda de que o universo protege as pessoas que se movem por bons propósitos. Portanto, mesmo diante de dificuldades ou de críticas,

nunca me pergunto se deveria ter feito algo diferente. Estou convencido de que fiz o que devia fazer. Se algo ocorre, é porque precisava ocorrer por alguma razão que eu não conheço.

Penso a vida assim. Todas as manhãs, eu medito um pouco - uma meditação sobre valores e objetivos - para confirmar se estou vivendo de acordo com eles. Se constato que sim, sigo pela vida em paz. Se percebo que errei - e todos estão sujeitos a errar -, procuro corrigir imediatamente. Foi o que aconteceu no episódio da frase Nós derrotamos o bolsonarismo. Eu me expressei mal, reconheci no dia seguinte, pedi desculpas em nota oficial e esclareci que não me referia ao Supremo, mas à sociedade brasileira, e que o termo correto não era bolsonarismo, mas extremismo e intolerância. Foi um momento de vaidade, de ego. Mas eu procuro viver com paz interior.

Eu gosto dele pessoalmente, foi mais por ele do que pela música, embora eu também goste da música. Sou fã incondicional de Chico Buarque, de Maria Bethânia e de Caetano Veloso. Essa é a trilha sonora da minha vida. O Diogo Nogueira, por exemplo, canta muito bem. Gosto bastante dele também, assim como de Jorge Aragão e de Alcione. Sou um carioca antigo, gosto dessa geração.

Certamente. Primeiro, gosto deles como artistas, mas também como cidadãos que têm coragem de se expor e defender o que acham certo. Eu sou uma pessoa que divide o mundo mais pelo caráter do que pela ideologia. Vivi nos Estados Unidos, em Michigan, com uma família conservadora, que era maravilhosa. Não tenho problema com conservadores; tenho problema com extremistas e intolerantes. Acho que Chico Buarque é o maior poeta brasileiro, ainda que musicado. Se o português fosse mais difundido no mundo, ele já teria recebido o Nobel de Literatura, pois sua obra é mais significativa do que a de Bob Dylan, por exemplo, que recebeu o prêmio. O Caetano, por outro lado, é um criador original, impossível de comparar com Chico, porque são universos distintos e igualmente extraordinários.

Um pensamento eu citei na sessão de quinta-feira e repito, do autor italiano Calamandrei. Ele diz que, para encontrar a justiça, é preciso ser fiel a ela, porque, como todas as realidades, ela só se revela a quem acredita nela. É um pensamento importante para quem escolhe viver o direito com seriedade e comprometimento. Outra frase que gosto: Ninguém nessa vida é bom demais, ninguém é bom em tudo e, principalmente, ninguém é bom sozinho. Usei uma citação de Vinicius de Moraes: Bastar-se a si mesmo é a maior solidão. Portanto, é o outro, na sua diferença, que nos completa. Há também uma frase mais

simples, mas que explica bem a minha gestão: Viver não é esperar a tempestade passar, é aprender a dançar na chuva. E foi isso que vivemos: um período de tempestades, no qual tivemos que aprender a dançar na chuva.

Acredito que daqui a uns dois anos, talvez após as próximas eleições, vamos olhar para trás e reconhecer que fizemos coisas muito importantes para tornar o país melhor e maior. Somos um dos poucos países que resistiram ao avanço do populismo autoritário sem quebra da institucionalidade. Fizemos julgamentos difíceis, que poucos países enfrentaram, e saímos preservando a democracia.

O Brasil do pós-eleição deve ser pacífico, ainda que não unificado. Divergências sempre existirão - conservadores, liberais e progressistas continuarão a debater, e isso é saudável. O que vamos recuperar é a civilidade e uma política de mais qualidade. Para isso, precisamos de **reforma política**. Defendo o voto distrital misto. É preciso que o eleitor saiba quem é o seu representante, para poder cobrar e decidir se o reconduz ou não. Hoje, muitas vezes, não importa a atuação parlamentar: se o político tem acesso a emendas, é reeleito. Isso enfraquece a representatividade e favorece aberrações como a chamada PEC da Blindagem, que só passa porque ninguém sabe exatamente quem votou a favor.

Precisamos de um sistema eleitoral que fortaleça o vínculo entre eleitor e representante, que melhore a política e devolva protagonismo ao Parlamento, retirando o excesso de centralidade do Supremo.

Não. O arranjo institucional brasileiro dá esse protagonismo ao Supremo. Porque a Constituição é muito abrangente, que trata de muitos temas que, em outros países, são deixados para a política e, no Brasil, foram trazidos para o direito, por estarem na Constituição. Além disso, é muito fácil chegar ao Supremo por meio de ações diretas, que podem ser propostas por muitos atores - inclusive, partidos políticos, que recorrem com frequência. Assim, parte do protagonismo do Supremo se deve à própria política: ou porque os partidos provocam o Tribunal, ou porque o Congresso não consegue legislar sobre algumas questões. Mas os casos chegam até aqui, e nós temos que resolver. Foi o que aconteceu com as uniões homoafetivas, foi o que aconteceu com as plataformas digitais. Portanto, um Congresso mais forte tende a diminuir o protagonismo do Supremo.

O Supremo é diferente do Congresso. Só desfazemos o que ele fez em casos de inconstitucionalidade flagrante. Mas a verdade é que muitos temas estão na Constituição e não foram regulamentados pelo Congresso, e aí acabam sendo tratados aqui. Vou dar

um exemplo: a Constituição prevê o direito à saúde. Esse é um dos grandes problemas que tentei enfrentar na minha gestão, porque a judicialização da saúde desarruma o orçamento da União e dos estados. Nós estabelecemos alguns critérios que não estavam previstos em lei, como parâmetros para o fornecimento de medicamentos que não estão na lista do SUS ou de tratamentos não contratados pelos planos de saúde. Demos uma arrumada nisso, suprimindo omissões do Congresso. Portanto, o protagonismo do Supremo não é voluntário, mas produto de um modelo. O constituinte de 1988, na verdade, não confiou muito nos Congressos seguintes. Trouxe muitos temas para dentro da Constituição, para deixá-los protegidos. Mas, ao fazer isso, acabou colocando-os no palco do Supremo.

O ministro Luís Roberto Barroso encerra hoje a passagem na Presidência do Supremo Tribunal Federal com uma lista de realizações, algumas frustrações e uma página ainda a ser escrita. Após dois anos à frente do cargo, ele passará o mandato ao ministro Edson Fachin convencido de que deu contribuições importantes ao Judiciário brasileiro, tanto no comando da Suprema Corte quanto na presidência do Conselho Nacional de Justiça. Sobre esse último, Barroso se diz realizado com a adoção do Exame Nacional da Magistratura e as ações afirmativas para ampliar a presença de mulheres e de juízes negros.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Mas há questões ainda a resolver. Barroso ressentia-se de não ter ajudado mais o país a encontrar a pacificação dentro do ambiente democrático. O seguidor do pensamento kantiano se diz otimista porque entende que o Brasil evoluiu no curso da história. E que o julgamento da trama golpista tem um papel fundamental nesse sentido, pois rompe com a tradição de golpes, contragolpes e anistia.

Sobre o futuro, o ministro se diz sereno. Pretende fazer um retiro - ele é adepto da filosofia espiritual Brahma Kumaris -, antes de decidir se permanece no Supremo ou segue outro destino. Fã incondicional de Chico, Caetano e Bethânia, não citou ao Correio se aprecia Zeca Pagodinho. Mas o verso do cantor resume bem o atual momento do magistrado nascido no Rio de Janeiro: Deixa a vida me levar.

Se houver uma estratégia por trás do que está acontecendo, acho que não. Se tivesse sido um impulso de uma pessoa mais ciclotímica, aí pode ser que sim. Mas é uma coisa curiosa: depois de brigar tanto e dizer tanto, veio com Eu tive uma química. Mas o Lula é muito sedutor mesmo.

Ah, mas em um segundo, com um olhar, quem já se apaixonou sabe. Um olhar pode resolver tudo. Mas é porque o Lula transmite uma coisa boa. Ele tem uma energia.

Logo depois que o presidente foi eleito, antes de tomar posse, ele foi à minha casa. Um amigo em comum o trouxe para conversar. E a minha sogra, que é estrangeira, nunca teve muito interesse por política e não gostava dele. Em 10 minutos, estava aos pés dele, amor eterno. Ele é sedutor. Tem carisma, é empático. É capaz de dizer coisas, conversar com as pessoas. Não concordo com muitas coisas, mas gosto dele. E ele é uma pessoa agradável de conversar. Não é pretensioso, conta histórias. Ele deixa você à vontade.

O custo pessoal não tem a ver apenas com essa questão dos Estados Unidos. Ele já vem de antes. Vou dar um exemplo: entrei para o Supremo em 2013. Em 2014, teve a Copa do Mundo. Eu fui à final da Copa com a minha mulher e meus dois filhos, nós quatro sozinhos, na arquibancada do Maracanã. Era uma área mais reservada, mas fomos sem nenhum tipo de preocupação com segurança. Em 2016, fui à abertura dos Jogos Olímpicos com Teori Zavascki - saudoso Teori Zavascki - e meu filho. Nós três, sem nenhuma segurança, na arquibancada do Maracanã, vendo a abertura das Olimpíadas. Hoje em dia, eu só saio na rua com pelo menos três seguranças. Essa foi a transformação que ocorreu no Brasil. Esse é o custo pessoal que se manifesta nos momentos de ameaças que a gente recebe, em algum tipo de agressão.

Teve um estado da Federação em que a casa onde eu estava foi cercada por 300 pessoas que ameaçavam invadi-la. Precisei sair em carro blindado. Fui cercado no aeroporto de Miami uma vez, às vésperas do 8 de Janeiro. Eu estava voltando para o Brasil. Tinha ido passar apenas o réveillon, porque minha filha estava estudando lá, e minha mulher já estava doente, inconsciente. Voltando para casa, fui cercado de forma muito agressiva. O custo pessoal entra aí, falando do meu caso. Mas depois que começou o inquérito do golpe com o ministro Alexandre, ele passou por situações piores que as minhas, e isso afeta os nossos filhos. Quando um ministro passa por isso, mal ou bem, nós escolhemos estar na vida pública. Mas quando atinge sua mulher, seu filho, sua filha, aí é algo que dói muito mais.

Outro custo pessoal. Quando falei em custos pessoais, é claro que depois veio a Magnitsky, que é um custo altíssimo. Porque uma coisa é não poder entrar nos Estados Unidos - esse é um poder discricionário do país. Mas aplicar a Magnitsky afeta a vida da pessoa em qualquer lugar do mundo. Esse é um custo pessoal alto. Portanto, eu me referia a esse conjunto de

questões. Você passa a viver permanentemente preocupado com segurança.

Acho que isso se deve a uma maneira de fazer política que despertou um ódio que antigamente não existia na vida brasileira. Um modo de fazer política que extraiu o pior das pessoas e que liberou muitos demônios: raiva, agressividade, misoginia, homofobia, racismo, antiambientalismo. Houve uma liberação global de ódio, trazida por um tipo de populismo autoritário que piorou muito a qualidade das democracias em todo o mundo.

Eu sempre acredito que a vida vai melhorar. Eu sou um sujeito kantiano, e a visão kantiana da vida, de Immanuel Kant - que foi o grande filósofo do Iluminismo - é a de que a história é uma marcha contínua na direção do bem, da justiça e do avanço do processo civilizatório. Ela apenas não é linear. Então, às vezes, olhando da superfície, pode parecer que está piorando. Mas a história flui como um rio subterrâneo para onde tem que ir, e eu acho que esse caminho é o do aperfeiçoamento da justiça e do avanço civilizatório. E não digo isso por ingenuidade. Digo olhando para a história. O mundo vem de um tempo de sacrifícios humanos, de despotismos bárbaros, e hoje vivemos a era dos direitos humanos. Ainda não totalmente implementados, mas, atualmente, todos defendem os direitos humanos. Portanto, acho que avançamos. Talvez não na velocidade desejada, mas na direção certa. Só que a história é feita de avanços e de retrocessos. Certamente estamos vivendo um momento de retrocesso.

Olha, estou aqui consultando a lista das coisas que conseguimos decidir. O tribunal se uniu em torno de algumas questões muito importantes. Antes, o tribunal havia se dividido, sobretudo em temas penais e no enfrentamento à corrupção. Ali se via um tribunal mais dividido. Mas depois, no governo passado, o tribunal se uniu para proteger as pessoas durante a pandemia. Houve um negacionismo significativo que colocava em risco a vida da população, e o Supremo interveio para autorizar estados e municípios a adotarem medidas que a União não tomava; para determinar a elaboração de um plano de vacinação; para tornar a vacinação compulsória; para impedir uma campanha do governo que incentivava as pessoas a voltarem às ruas e ao trabalho quando a OMS recomendava o distanciamento social; e para validar decisões dos estados que proibiam cultos religiosos no auge da pandemia. Então, o tribunal se uniu para proteger vidas. Esse foi, talvez, o primeiro momento em que a unanimidade se estabeleceu no Supremo Tribunal Federal.

Depois, diante do negacionismo ambiental, o tribunal

também tomou decisões importantes em relação ao Fundo Amazônia e ao Fundo Clima, cujos recursos estavam parados em conta, embora fossem destinados a combater a mudança climática e o desmatamento - problemas globais. Parte desse dinheiro vinha da Noruega e da Alemanha, com destinação específica de acordos internacionais, e a ideia era deixá-lo parado em vez de investir em projetos. Nós intervimos também. Portanto, o tribunal começou a se unir em torno de pautas contra o negacionismo - primeiro da pandemia, depois ambiental. Para se ter uma ideia da má gestão da pandemia no Brasil: o país tem pouco mais de 2% da população mundial e registrou cerca de 10% das mortes. Esse foi o tamanho da gestão malfeita.

Depois, vieram os ataques à democracia, os ataques verbais ao Supremo e aos ministros. A questão do voto impresso nos uniu porque - eu estou absolutamente convencido disso, e por isso me empenhei tanto para impedir - era um dos pilares do golpe. Tratava-se de preparar o ambiente para contestar o resultado eleitoral em caso de derrota. A proposta era voto impresso com contagem manual e pública. Essa proposta foi rejeitada. Hoje, alguns negam, mas está nos registros. Eles têm um pouco de vergonha do que fizeram, mas a proposta era essa. Imagine: se essas pessoas mais radicais foram capazes de invadir o Supremo, o Congresso e o Planalto, o que não fariam em seções eleitorais, em que suspeitassem que estavam perdendo, com votos sendo contados manualmente? Sem mencionar que os votos teriam de ser transportados das escolas para algum outro lugar, podendo levar uma semana para a contagem, o que é inviável, pois as aulas precisam continuar. Portanto, o tribunal se uniu contra o voto impresso e, depois, contra outras medidas de esvaziamento de órgãos da sociedade civil.

Progressivamente, houve maior tensão entre o tribunal e o ex-presidente. Mas o Supremo se manteve firme e conseguiu, penso eu, evitar um golpe. Hoje, depois dos julgamentos, vemos todas as evidências de que havia um esquema para desacreditar o sistema eleitoral - muitas provas, inclusive, de ordens para alterar relatórios das Forças Armadas que haviam concluído não haver fraude. Ora, para que mandar mudar um relatório científico que atesta ausência de fraude? Apenas para criar um ambiente de descrédito do resultado eleitoral.

Olha, foram aplicadas as penas previstas na legislação. Mas é importante esclarecer: no Brasil, ninguém cumpre 27 anos integralmente. As regras de execução penal são bastante flexíveis, sobretudo em casos de bom comportamento. Mas as penas foram resultado do somatório dos tipos penais que a turma aplicou. Eu não participei desse julgamento, portanto não posso

opinar sobre o mérito. No caso do 8 de Janeiro, participei dos primeiros julgamentos, porque eram no plenário. Ali, eu fixei uma pena um pouco mais baixa, porque não considere, cumulativamente, golpe de Estado e abolição violenta do Estado de Direito. Por isso, minha pena foi alguns anos menor. Mas prevaleceu a posição da maioria, que entendeu que houve os dois crimes. Então, acho que a pena é alta, mas é a pena prevista na lei.

A minha presidência foi muito pacífica, tanto do ponto de vista interno quanto da relação com os outros Poderes. Do ponto de vista do relacionamento entre os Poderes, foi um momento de convivência independente, mas harmoniosa. No plano interno, também foi um período muito pacífico. O Supremo vive hoje um momento harmonioso, em que as pessoas se gostam, se admiram e se ajudam. Eu fui muito feliz por ter contribuído para isso, dando continuidade ao trabalho da ministra Rosa Weber, que exerceu uma liderança muito relevante nesse sentido. Portanto, considero que temos um tribunal pacificado em termos de convivência interna. Claro, houve momentos de tensão, como neste julgamento recente, em que o ministro Fux teve uma posição diferente - o que é legítimo, pois a independência judicial deve ser respeitada. Mas, no geral, a minha presidência foi sem atritos pessoais, o que já é uma grande conquista.

Do ponto de vista da sociedade em geral, eu procurei otimizar a comunicação. Fiz um pacto pela linguagem simples: toda decisão plenária passou a ser acompanhada de uma explicação em uma página e meia, no máximo duas, informando o fato relevante, a discussão jurídica e o que foi efetivamente decidido. Acho que isso aproximou mais a sociedade do tribunal. Também me esforcei para dialogar com todos os setores. Conversei com o agronegócio, estive em Mato Grosso com representantes da Aprosoja, visitei comunidades indígenas, dialoguei com entregadores de aplicativo, com empresários da Fiesp e com sindicalistas da CUT. Eu sou uma pessoa que gosta de ouvir todos os lados e procuro agir com equilíbrio. O mundo vive tensões, o Brasil tem suas tensões, mas para mim foi um período muito feliz presidir o Supremo.

Consegui realizar quase tudo o que eu pretendia. Julgamos casos importantíssimos: responsabilidade das plataformas digitais, em decisão que considero a mais moderada e equilibrada do mundo; descriminalização parcial do porte de drogas, para enfrentar o hiperencarceramento de jovens primários e de bons antecedentes; segurança pública no Rio de Janeiro e a letalidade policial, com a definição do dever do Estado de retomar territórios dominados pelo crime; temas ambientais, julgados com unanimidade ou quase unanimidade; execução imediata das

decisões do júri, para evitar a cena dolorosa de condenados saindo livres diante das famílias das vítimas; plano de dignidade mínima para o sistema prisional; e limites ao assédio judicial contra jornalistas. Realizamos ainda a desintrusão de 10 terras indígenas, com apoio do tribunal, das Forças Armadas e da Polícia Federal. Enfrentamos parte da litigiosidade na área da saúde, relativa ao fornecimento de medicamentos e tratamentos, tanto no setor público quanto no privado. Portanto, foi um período de muita produtividade em temas relevantes para o país.

No CNJ, que é onde se faz política pública, eu acho que conseguimos mudar o Judiciário. O sistema brasileiro vai ser outro, por medidas que implementamos. Criei o Exame Nacional da Magistratura, que é pré-requisito para inscrição em qualquer concurso da magistratura. Cada tribunal continuará a fazer seu concurso, mas só pode ser juiz quem tiver passado nesse exame, que estabelece um padrão nacional mínimo de suficiência. Isso também combate rumores de favorecimentos que cercavam alguns concursos. Agora, se o parente de alguém passar, ótimo, mas terá que ter passado pelo exame nacional.

Outra medida importante foi a implementação da paridade de gênero nas promoções por merecimento para os tribunais de segundo grau, a partir de resolução já aprovada na gestão da ministra Rosa Weber, mas que não estava sendo cumprida. Houve resistências, sobretudo em São Paulo, mas conseguimos implementá-la com apoio do presidente do TJ-SP. A regra é simples: se um homem for promovido por merecimento, a vaga seguinte deve ser de uma mulher; se uma mulher ocupar a vaga anterior, pode haver outra mulher, até se atingir 40% de participação feminina, que corresponde ao percentual de juízas no primeiro grau. Hoje, elas são apenas 21% no segundo grau, em parte porque enfrentam barreiras estruturais e sociais.

Instituímos uma ação afirmativa para candidatos negros. Antes, a nota mínima para aprovação nos concursos era 5. No exame nacional, elevamos a nota para 7 na ampla concorrência, mas mantivemos 5 para os candidatos autodeclarados negros. Assim, não diminuimos a exigência, mas aumentamos o rigor geral, ao mesmo tempo em que possibilitamos inclusão. Já aprovamos 15 mil candidatos, sendo 4.500 negros, dos quais 750 receberam bolsas em cursos preparatórios gratuitos e 124 receberam bolsas de R\$ 3 mil, custeadas pela iniciativa privada. Em pouco tempo, cinco desses bolsistas já passaram em concursos. Portanto, considero que as medidas mais importantes foram: elevar a qualidade do Judiciário, ampliar a equidade de gênero e aumentar a

diversidade racial. Esses avanços terão efeitos de médio e longo prazo e, para mim, foram a parte mais relevante da minha gestão.

Eu gostaria de ter contribuído mais para pacificar o país. Acredito em uma sociedade em que pessoas que pensam diferente possam sentar à mesma mesa, conversar e expor argumentos de forma civilizada. Para mim, o Judiciário e a Constituição devem integrar todos, porque o país tem espaço para todos. As divergências devem ser debatidas civilizadamente, e a cada tempo deve prevalecer a vontade da maioria. Esse ambiente de raiva e ódio que ainda existe faz muito mal ao país, às pessoas e a mim também. Eu queria ter avançado mais nessa agenda de resgate da civilidade.

Dou um exemplo: convivo aqui no Supremo com o ministro André Mendonça. Temos visões muito diferentes em várias matérias, mas eu gosto dele, o admiro e somos amigos. Portanto, a divergência não impede a convivência respeitosa. Minha ideia era que esse modelo se replicasse para o Brasil. Nas eleições, por exemplo, o presidente Lula e o governador Tarcísio poderão disputar, cada um com suas propostas. Mas o debate deve ser civilizado, qualificado e sem ódio. Acho que até melhoramos nesse aspecto, mas ainda resta um resíduo de raiva e ressentimento, inevitável diante dos julgamentos do 8 de Janeiro e do golpe. Esses processos eram fundamentais e não poderiam deixar de ocorrer.

Aconteceu uma coisa no mundo que foi uma certa captura do pensamento conservador pelo extremismo. Não foi só no Brasil, aconteceu em muitas partes do mundo. O pensamento conservador, que é uma das opções legítimas da democracia - porque a democracia comporta correntes conservadoras, progressistas, liberais - significa basicamente a defesa do status quo, ou seja, preservar a ordem existente, ou admitir que, se a mudança for inevitável, ela deve ser incremental, lenta e progressiva. Isso é o conservadorismo. Os extremistas, ao contrário, são disruptivos. Eles não são conservadores, são contra as instituições. Querem destruí-las e não são claros no que desejam colocar no lugar. Portanto, no Brasil, também aconteceu essa confusão. Eu distingo muito o pensamento conservador do extremismo, e acredito que o pensamento conservador no Brasil, aos poucos, vai se distanciando desse radicalismo. Uma anistia imediata aos julgamentos faria com que tudo o que passamos não tivesse valido a pena.

O direito penal tem muitas funções, mas uma delas é central: a prevenção geral. Isso significa que as pessoas deixam de cometer delitos pelo temor fundado de que, se o fizerem, serão punidas. Quando você pune alguém por um golpe de Estado, você está

avisando que, de agora em diante, qualquer pessoa que tente um golpe será criminalmente responsabilizada. A história do Brasil sempre foi marcada por golpes, contragolpes, perdões e anistias. E isso nunca encerrou os ciclos do atraso.

Este julgamento tem o papel exemplar para a História: mostrar que os ciclos do atraso ficaram para trás. Se você concede anistia, repete a história - e repete como farsa. E aí o Brasil continua preso ao ciclo de golpes.

Eu não participei desse debate quando ele voltou à pauta recentemente. Vou dizer com franqueza: eu já tratei desse tema em outra ocasião. Eu fui ao funeral do papa Francisco - o presidente Lula me chamou, assim como os chefes dos outros Poderes. O papa era uma figura que tinha um peso imenso no mundo. Nesse funeral, eu fiquei bastante tempo no transporte, engarrafado, inclusive, junto com o presidente Davi Alcolumbre e com o presidente Hugo Motta. Fomos os três na van e conversamos. Naquele momento - em abril - eu já havia votado, nos casos do 8 de Janeiro, por uma pena menor. Estava em debate a questão de que algumas penas estavam excessivas.

Conversamos sobre a possibilidade de, por lei, prevalecer a minha posição, que não era de negar o Estado de Direito democrático, mas de ajustar a dosimetria. Eu até conversei internamente e era algo aceitável dentro do tribunal. Na ocasião, eu disse a eles que estávamos falando especificamente dos casos do 8 de Janeiro, em que algumas penas tinham ficado mais altas pela forma como a maioria aplicou a lei. Se prevalecesse a minha visão de não acumular penas, haveria uma redução de alguns anos, permitindo antecipar a saída de condenados após o cumprimento de parte da pena. Isso me parecia uma boa ideia, e foi a única vez que tratei do assunto.

Continuo achando essa solução palatável. O que eu considero problemático é uma redução casuística de penas, de simplesmente cortar pela metade, porque isso soa artificial. Além disso, acho que precipitaram o debate. Esse tema deveria ser discutido mais adiante. Qualquer medida que se pareça com um perdão imediato ou uma afronta às decisões do Supremo não é positiva institucionalmente.

Eu ainda tenho alguns compromissos no tribunal e também compromissos acadêmicos. No fim de outubro, vou fazer um retiro espiritual. De vez em quando, faço isso em uma instituição ligada à Brahma Kumaris. É uma filosofia espiritual, não é uma religião. Já fiz retiro de silêncio, retiro de meditação, e agora vou fazer novamente um de silêncio, para pensar na vida de forma mais ampla. Não tenho uma razão específica para deixar o Supremo, mas já estou aqui há 12 anos e sinto que cumpri o papel que gostaria de

ter cumprido. Tenho, portanto, as duas possibilidades na mesa: ficar, num lugar onde sou feliz e não tenho problemas, ou seguir outros caminhos. Eu tinha um professor que dizia que todo docente, depois de 10 anos de aulas, deveria jogar fora todas as fichas e recomeçar do zero, para se renovar. Acho que estou nesse momento: posso me repensar e decidir continuar fazendo o que já faço, ou escolher algo novo.

Quando minha mulher era viva, tínhamos um trato: depois da presidência, eu me aposentaria para viajarmos e aproveitarmos mais a vida. A doença dela precipitou esse processo, e eu já não tenho essa motivação específica. Hoje, posso ficar aqui, onde me dou bem com as pessoas e gosto do trabalho, ou sair. Preciso refletir se ainda faço diferença ou se é hora de alguém novo assumir.

Eu não poderia advogar aqui no Supremo, e não tenho vontade de voltar para uma advocacia intensa. Graças a Deus, no fim da minha carreira na advocacia, tive bastante sucesso e uma vida material confortável. Isso me permitiu dedicar-me a causas pro bono e de direitos humanos, que sempre me interessaram. Mas, como disse, aqui não posso advogar por três anos, e não penso em retomar uma advocacia pesada. Se eu saísse, talvez escrevesse minhas memórias. Gosto muito de educação e da vida acadêmica, e tenho vontade de criar uma instituição filantrópica para projetos que considero importantes.

Sinto falta de poder pensar o Brasil e falar com mais liberdade, porque aqui no Supremo é preciso exercer certa autocontenção. O Supremo tem atrativos, como a visibilidade, mas fora dele também há atrativos, como a liberdade de pensar e expressar ideias. Por isso, digo que tanto o plano A quanto o plano B são bons. Tenho uma atitude de contentamento. O retiro vai me ajudar a refletir. Prefiro não dizer para onde vou, porque hoje em dia qualquer detalhe pode ser usado de forma maldosa. Mas será um momento de recolhimento, de silêncio, de repensar a vida.

Olha, eu gostaria de ser lembrado, na minha passagem pelo Supremo, como alguém que, em todos os momentos, procurou fazer o que é certo, justo e legítimo. Estou aqui há 12 anos e não tenho nenhuma decisão da qual me arrependa ou que eu diga que faria diferente. Em todos os casos, eu estudo, converso com a minha assessoria mais próxima, formo uma convicção sobre o que considero correto e decido. Não tenho medo de nada. E digo isso não por arrogância ou pretensão, mas porque tenho uma convicção muito profunda de que o universo protege as pessoas que se movem por bons propósitos. Portanto, mesmo diante de dificuldades ou de críticas, nunca me pergunto se deveria ter feito algo diferente.

Estou convencido de que fiz o que devia fazer. Se algo ocorre, é porque precisava ocorrer por alguma razão que eu não conheço.

Penso a vida assim. Todas as manhãs, eu medito um pouco - uma meditação sobre valores e objetivos - para confirmar se estou vivendo de acordo com eles. Se constato que sim, sigo pela vida em paz. Se percebo que errei - e todos estão sujeitos a errar -, procuro corrigir imediatamente. Foi o que aconteceu no episódio da frase Nós derrotamos o bolsonarismo. Eu me expressei mal, reconheci no dia seguinte, pedi desculpas em nota oficial e esclareci que não me referia ao Supremo, mas à sociedade brasileira, e que o termo correto não era bolsonarismo, mas extremismo e intolerância. Foi um momento de vaidade, de ego. Mas eu procuro viver com paz interior.

Eu gosto dele pessoalmente, foi mais por ele do que pela música, embora eu também goste da música. Sou fã incondicional de Chico Buarque, de Maria Bethânia e de Caetano Veloso. Essa é a trilha sonora da minha vida. O Diogo Nogueira, por exemplo, canta muito bem. Gosto bastante dele também, assim como de Jorge Aragão e de Alcione. Sou um carioca antigo, gosto dessa geração.

Certamente. Primeiro, gosto deles como artistas, mas também como cidadãos que têm coragem de se expor e defender o que acham certo. Eu sou uma pessoa que divide o mundo mais pelo caráter do que pela ideologia. Vivi nos Estados Unidos, em Michigan, com uma família conservadora, que era maravilhosa. Não tenho problema com conservadores; tenho problema com extremistas e intolerantes. Acho que Chico Buarque é o maior poeta brasileiro, ainda que musicado. Se o português fosse mais difundido no mundo, ele já teria recebido o Nobel de Literatura, pois sua obra é mais significativa do que a de Bob Dylan, por exemplo, que recebeu o prêmio. O Caetano, por outro lado, é um criador original, impossível de comparar com Chico, porque são universos distintos e igualmente extraordinários.

Um pensamento eu citei na sessão de quinta-feira e repito, do autor italiano Calamandrei. Ele diz que, para encontrar a justiça, é preciso ser fiel a ela, porque, como todas as realidades, ela só se revela a quem acredita nela. É um pensamento importante para quem escolhe viver o direito com seriedade e comprometimento. Outra frase que gosto: Ninguém nessa vida é bom demais, ninguém é bom em tudo e, principalmente, ninguém é bom sozinho. Usei uma citação de Vinicius de Moraes: Bastar-se a si mesmo é a maior solidão. Portanto, é o outro, na sua diferença, que nos completa. Há também uma frase mais simples, mas que explica bem a minha gestão: Viver

não é esperar a tempestade passar, é aprender a dançar na chuva. E foi isso que vivemos: um período de tempestades, no qual tivemos que aprender a dançar na chuva.

Acredito que daqui a uns dois anos, talvez após as próximas eleições, vamos olhar para trás e reconhecer que fizemos coisas muito importantes para tornar o país melhor e maior. Somos um dos poucos países que resistiram ao avanço do populismo autoritário sem quebra da institucionalidade. Fizemos julgamentos difíceis, que poucos países enfrentaram, e saímos preservando a democracia.

O Brasil do pós-eleição deve ser pacífico, ainda que não unificado. Divergências sempre existirão - conservadores, liberais e progressistas continuarão a debater, e isso é saudável. O que vamos recuperar é a civilidade e uma política de mais qualidade. Para isso, precisamos de **reforma política**. Defendo o voto distrital misto. É preciso que o eleitor saiba quem é o seu representante, para poder cobrar e decidir se o reconduz ou não. Hoje, muitas vezes, não importa a atuação parlamentar: se o político tem acesso a emendas, é reeleito. Isso enfraquece a representatividade e favorece aberrações como a chamada PEC da Blindagem, que só passa porque ninguém sabe exatamente quem votou a favor.

Precisamos de um sistema eleitoral que fortaleça o vínculo entre eleitor e representante, que melhore a política e devolva protagonismo ao Parlamento, retirando o excesso de centralidade do Supremo.

Não. O arranjo institucional brasileiro dá esse protagonismo ao Supremo. Porque a Constituição é muito abrangente, que trata de muitos temas que, em outros países, são deixados para a política e, no Brasil, foram trazidos para o direito, por estarem na Constituição. Além disso, é muito fácil chegar ao Supremo por meio de ações diretas, que podem ser propostas por muitos atores - inclusive, partidos políticos, que recorrem com frequência. Assim, parte do protagonismo do Supremo se deve à própria política: ou porque os partidos provocam o Tribunal, ou porque o Congresso não consegue legislar sobre algumas questões. Mas os casos chegam até aqui, e nós temos que resolver. Foi o que aconteceu com as uniões homoafetivas, foi o que aconteceu com as plataformas digitais. Portanto, um Congresso mais forte tende a diminuir o protagonismo do Supremo.

O Supremo é diferente do Congresso. Só desfazemos o que ele fez em casos de inconstitucionalidade flagrante. Mas a verdade é que muitos temas estão na Constituição e não foram regulamentados pelo Congresso, e aí acabam sendo tratados aqui. Vou dar um exemplo: a Constituição prevê o direito à saúde.

Esse é um dos grandes problemas que tentei enfrentar na minha gestão, porque a judicialização da saúde desarruma o orçamento da União e dos estados. Nós estabelecemos alguns critérios que não estavam previstos em lei, como parâmetros para o fornecimento de medicamentos que não estão na lista do SUS ou de tratamentos não contratados pelos planos de saúde. Damos uma arrumada nisso, suprimindo omissões do Congresso. Portanto, o protagonismo do Supremo não é voluntário, mas produto de um modelo. O constituinte de 1988, na verdade, não confiou muito nos Congressos seguintes. Trouxe muitos temas para dentro da Constituição, para deixá-los protegidos. Mas, ao fazer isso, acabou colocando-os no palco do Supremo.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/09/7258272-luis-roberto-barroso-perdao-imediato-e-uma-medida-negativa.html>

O nível da dívida pública - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Em uma ocasião, quando eu era presidente do Banco Central, meu colega do Banco do Canadá, Mark Carney - hoje primeiro-ministro do país - me perguntou por que estávamos acumulando um valor tão alto em reservas internacionais. "Mark, quando vocês disserem que o Brasil é um país rico, não um país emergente, nós não precisaremos acumular tantas reservas." Da mesma forma, quando me perguntam por que alguns países podem ter dívidas equivalentes a mais de 100% do seu **PIB** e o atual patamar de 77% do **PIB** é alto para o Brasil, respondo: "Porque o Brasil não é considerado um país rico, mas um país emergente".

Menciono isso porque está em discussão no Senado um projeto que pretende limitar o nível da dívida pública da União. Fala-se em estabelecer o teto da dívida bruta do governo geral em 80% do **PIB**, excluindo as operações compromissadas do Banco Central e as dívidas de Estados e municípios. Em situações excepcionais, o governo poderia pedir uma licença ao Congresso para não cumprir a meta da dívida. Não conheço o projeto em detalhes e a questão - fundamental - das exceções. Quero ficar na discussão dos princípios.

Em primeiro lugar, o patamar de 80% do **PIB** seria considerado alto hoje, mas difícil de evitar na atual trajetória ascendente da dívida, alimentada pe-

Criar teto para a dívida adiantará pouco se ampliarem gastos e combinarem exceções à regra da política fiscal. Mas, como mostrei, não existem critérios fixos para determinar se o nível da dívida de um país é alto ou baixo. A análise é feita caso a caso.

Minha experiência na administração pública mostra que, quanto mais simples e diretas as regras, mais eficientes elas são. O teto de gastos funcionou porque tinha uma regra clara: as despesas do ano seguinte são reajustadas pela **inflação** do ano anterior. O perigo na elaboração de leis está nas exceções. Criar um limite para a dívida poderia funcionar como um bom sinal ao mercado, para atrair investidores. Mas a questão é o que fica de fora desse limite e a elasticidade no cumprimento.

Já comentei aqui o hábito do governo e do Congresso

de excluir despesas do teto do arcabouço fiscal. Serve para evitar complicações formais, mas não anula os efeitos financeiros para a dívida pública. Da mesma forma, criar um teto para a dívida adiantará pouco se governo e Congresso não desistirem de ampliar gastos e combinar exceções à regra.

A legislação brasileira possui um arsenal razoável de leis para orientar a política fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o arcabouço fiscal estabelecem as bases da boa gestão. O que pode ser aprimorado é a execução da política fiscal, sem novas exceções ao sabor do momento.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Demanda por criptomoedas chegou à Faria Lima', diz gestor

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO

O Mercado Bitcoin (MB), corretora de criptoativos, deu um passo estratégico para ampliar sua atuação no mercado de alta renda com o lançamento do MB Ultra, área dedicada a clientes ultrahigh e family offices. O projeto surge em meio ao avanço da institucionalização das criptos no Brasil - onde já há mais investidores com exposição a moedas digitais do que em ações na Bolsa - e tem como meta alcançar R\$ 2 bilhões em ativos sob gestão nos próximos anos.

À frente da iniciativa está Felipe Whitaker, executivo com mais de duas décadas de experiência em wealth management e investment banking, que chega para estruturar um canal de aproximação entre investidores e o universo dos ativos digitais - um movimento que, segundo ele, surge de forma "muito natural".

"Eu tenho dedicado a minha vida e meu olhar como investidor e profissional do mercado financeiro aos ativos digitais nos últimos cinco anos", diz Whitaker.

Em entrevista exclusiva ao E-Investidor, ele conta que sua trajetória começou no Pactual, ainda como estagiário, e se desenvolveu ao longo das transformações que deram origem ao BTG Pactual. Depois, passou pelo UBS, entre os maiores gestores globais de fortunas, muito focado no público Ultra High Net Worth - patrimônio líquido ultra-alto -, onde aprendeu sobre a relação com clientes sofisticados, seus medos e preocupações com legado, sucessão, proteção patrimonial e eficiência fiscal.

Com o tempo, ele migrou do mundo dos bancos para uma atuação direta com famílias, com foco em "asset allocation" (alocação de ativos). Nesse processo, acompanhou de perto a entrada significativa de ativos digitais nos portfólios de grandes investidores.

"Reconheci em um deles uma posição muito relevante em ativos digitais, na casa das dezenas de milhões de dólares. Isso me chamou a atenção e me fez dedicar única e exclusivamente a essa classe de ativos", disse.

A partir dali, o executivo buscou compreender como os criptoativos se integravam ao portfólio tradicional, consolidando-os como uma nova classe de investimento.

Whitaker afirma que o MB tem a estrutura ideal para criar essa ponte entre investidores sofisticados e ativos digitais. "O que esse cliente precisa é acesso. Ele não sabe como comprar cripto, o que comprar, como guardar, como reportar, como pagar imposto. O MB Ultra surge para organizar esse caminho e dar segurança", afirma.

Esse movimento acompanha uma tendência clara: o crescente interesse de investidores institucionais, family offices e multifamily offices pela classe de ativos digitais. "A demanda chegou à Faria Lima. O investidor sofisticado já busca cripto, mas não sabe por onde começar", diz.

NOVAS GERAÇÕES. O aumento da aceitação dos ativos digitais, segundo o executivo, está ligado a fatores macroeconômicos e gera-cionais. O cenário global incerto, com tensões geopolíticas e **inflação** elevada, reforça a busca por ativos desse tipo.

Além disso, novas gerações têm pressionado os gestores a incluir cripto nos portfólios familiares. "Muitas vezes, é o filho do patriarca que cobra ter bitcoin no seu asset allocation. Isso muda a dinâmica", diz.

Ao falar sobre o comportamento dos investidores, ele ressalta que o interesse não se restringe ao bitcoin.

"É natural que olhem para outros ativos, como ethereum e solana. O investidor se arrepende de não ter entrado antes, mas também se pergunta como não viu oportunidades em outros projetos que se valorizaram exponencialmente", disse.

O desafio, segundo ele, é separar ativos com fundamentos sólidos de tokens especulativos sem lastro.

Apesar de contar com a infraestrutura robusta do MB, Whitaker reforça que o Ultra não pretende "reinventar a roda". A proposta é montar um time de atendimento diferenciado, que hoje não existe no mercado, voltado exclusivamente ao investidor de alta renda: "Temos plena convicção de que ninguém faz isso hoje. Queremos casar os ativos digitais com o asset allocation tradicional, respeitando o perfil de cada cliente".

O executivo enfatiza ainda que a ideia não é montar carteiras agressivas para perfis conservadores, mas integrar cripto de forma coerente, seja via fundos, Exchange Traded Funds (ETFs) ou cripto direto.

Para ele, esse movimento inaugura uma nova etapa para o mercado brasileiro de ativos digitais. "Espero só não provocar muita concorrência", brinca Whitaker, que agora está à frente da iniciativa que busca levar o MB a outro patamar no relacionamento com investidores de alta renda.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Colégios devem ter reajuste médio de 9,8% no próximo ano

Ainda faltam três meses para o fim do ano, mas pais e mães já preparam o bolso para 2026: escolas particulares devem reajustar as mensalidades para o próximo ano letivo, em média, em 9,8%. O patamar é mais que o dobro da **inflação** prevista para este ano pela pesquisa Focus, do Banco Central, de 4,83%. A projeção é de um levantamento do Grupo Rabbit, consultoria especializada em instituições privadas de ensino.

A pesquisa ouviu 308 escolas particulares de todas as regiões, e mostra que o aumento deve pesar mais no bolso do que nos últimos anos. Em 2023, a média calculada foi de 9,3%, enquanto no ano passado o índice ficou em 9,5%.

A maior parte das escolas começa a informar as famílias sobre a renovação das matrículas, com os valores reajustados das mensalidades, no fim deste mês. Christian Coelho, CEO da consultoria, explica que três fatores entram no cálculo dos colégios para definir a correção: a **inflação** do período (que acumula alta de 5,13% nos 12 meses até agosto), os investimentos feitos no ano anterior e o reajuste dos salários dos professores.

- O grande custo das escolas é a manutenção e os investimento em novas atividades e recursos, como programas bilíngues -diz.

Na ponta, pais e responsáveis mudam o orçamento para dar contados reajustes, que variam de acordo com a escola. O GLOBO recebeu circulares distribuídas às famílias de 15 escolas no Rio e em São Paulo.

Na capital fluminense, o reajuste mais acentuado nesse grupo foi do Saint John, na Barra da Tijuca, que prevê aumento de 8,5% a 12,5%, dependendo da data de renovação da matrícula. A escola foi procurada, mas não se manifestou.

O mesmo modelo é adotado pelo Inovar Veiga de Almeida, na Barra, no qual o reajuste varia de 7% a 11%. Segundo a instituição, pesam na conta a correção salarial de professores e profissionais do administrativo, além de custos diretos, como manutenção e papelaria.

-Fazemos uma previsão orçamentária dos projetos e

investimentos do ano que vem e decidimos optar por uma tabela progressiva porque quanto antes tivermos as rematrículas, conseguimos uma melhor margem de negociação com os fornecedores -justifica Tainá Magaldi, diretora financeira da unidade.

ESTRATÉGIA DE ANTECIPAÇÃO

A estratégia da empresária Cristiane Krassuski, de 40 anos, foi se antecipar no planejamento do orçamento para o ano que vem. Ela e o marido decidiram mudar as filhas Laura e Alice de escola, e já efetuaram a matrícula no novo colégio para aproveitar a tabela de preços de 2025, além de eliminar uma despesa da lista de gastos do início do ano.

-Nós nos planejamos para pegar a tabela do ano vigente. Já começo a pagar tudo antes, porque tem taxa de matrícula, material, livros... Tentamos nos antecipar o máximo possível para obter negociações melhores -afirma.

O Colégio Franco, em Laranjeiras, prevê alta de 9,97% para todas as séries. Mas algumas famílias sentirão a despesa subir mais. Isso porque, além da correção, pesa a diferença dos valores com a mudança de segmento - quando o aluno sai do 5º ano para o 6º - ano do Ensino Fundamental, por exemplo.

"Como ocorre historicamente, os valores das anuidades são definidos considerando as especificidades de cada segmento/série escolar. Isso significa que, à medida que os (as) estudantes avançam em sua trajetória acadêmica, há a inclusão de novos serviços e recursos que tornam o processo educativo mais complexo e especializado. Por essa razão, é comum que alguns responsáveis tenham a percepção de que houve um reajuste adicional aos 9,97%, o que não corresponde à realidade" afirmou a escola, em nota.

No colégio CEL, com unidades no Jardim Botânico, Ca-chambi e Barra da Tijuca, o aumento será de 9,8% para todas as séries, mesmo patamar do PH. As instituições não comentaram os reajustes. Na Sá Pereira, em Botafogo, as mensalidades vão subir cerca de 9,2%. O GLOBO não conseguiu contato com a escola.

No Edem, em Laranjeiras, o aumento vai variar de

6,5% a 6,7%, segundo **comunicado**. A escola afirmou que "se esforça anualmente para aplicar o menor reajuste possível". Já no Santos Anjos, na Tijuca, a alta foi de 7,5%. O GLOBO não conseguiu contato.

O Mopi, na Tijuca e no Itanhangá, informou que vai corrigir as mensalidades em 8%, mesmo patamar do Santa Mônica, com unidades em Bonsucesso, Cachambi, São Gonçalo e Taquara. O índice, segundo o Santa Mônica, foi calculado "com base na planilha de custos projetados para o próximo ano letivo".

ENDIVIDAMENTO PESA

Em São Paulo, o Colégio Bandeirantes, na Vila Mariana, vai reajustar os valores em 11,5%. Em nota, informou que o reajuste "reflete o aumento dos custos do setor educacional e os investimentos contínuos em infraestrutura, tecnologia e projetos pedagógicos".

Já o Objetivo, com 14 unidades na capital paulista e na Região Metropolitana, prevê aumentos de 7,5% a 9,2% de acordo com a série, nível de ensino e dados de cada unidade. "Levamos em conta o dissídio dos professores, aumento dos insumos, aluguéis, aperfeiçoamento dos profissionais a fim de dar um atendimento especializado a todos os alunos", diz nota do colégio.

Coelho, do Grupo Rabbit, observa que os percentuais apontam para uma tentativa das escolas de recuperar perdas da pandemia. Outra pesquisa da consultoria mostra que 70% dos colégios estão mais endividados do que antes de 2020. Há cinco anos, quando as crianças acompanhavam as aulas de casa, as escolas sofreram com a redução no número de alunos e a concessão de descontos.

E a inadimplência pesa nos balanços das empresas. Entre janeiro e abril, o índice variou de 4,8% a 5,4%, segundo a pesquisa. Em algumas escolas, o percentual é ainda maior. Na rede Progressão, com unidades na Zona Norte e Baixada Fluminense, a taxa chega a 20%. A escola corrigirá as mensalidades em 9% para o ano letivo de 2026.

-As escolas sobreviventes foram obrigadas a fazer uma grande redução de suas margens. Nossa mensalidade sofreu redução de mais 40% desde a pandemia e não conseguimos recuperar. Trabalhamos para uma camada social muito sensível - explica Renato Biancardi, diretor da rede.

Apesar da queda na lucratividade, 70,5% das escolas planejam investir em atividades como programas bilíngues e projetos socionacionais, e 52% preveem melhorar a infraestrutura, com pintura, troca de mobiliário e upgrade de computadores e

equipamentos, segundo a pesquisa.

Coordenador do índice de Preços do Ibre/FGV, o economista André Braz analisa que os reajustes acomodam necessidades de investimentos das escolas em melhorias de infraestrutura e aumento de custos, como aluguel e energia. Ele observa que, caso a caso, as famílias podem tentar negociar:

-As vezes o aluno tem ótimo rendimento escolar e interessa para a instituição mantê-lo. Ou o pai tem dois filhos na mesma escola, o que abre espaço para reajuste um pouco menor ou até não reajustar.

No ZeroHum, o reajuste previsto é de 11%, mas há abertura para negociação, como conta o sócio-diretor da rede ZeroHum, Paulo Pereira:

- Estamos apostando em investimentos em tecnologia, mas pesam os reajustes dos sistemas de ensino, dos professores e dos aluguéis das unidades. O reajuste deve ficar em 11%, mas pode haver flexibilidade a partir da negociação com as famílias.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Déficit maior reacende discussão sobre risco das contas externas

Marcelo Osakabe e Sergio Lamucci De São Paulo

O déficit em conta corrente tem crescido com força desde o começo do ano passado, chegando a 3,51% do **PIB** nos 12 meses até agosto. Nesse cenário, o aumento do rombo nas transações de bens, rendas e serviços do país com o exterior ressuscita discussões a respeito da sustentabilidade das contas externas do Brasil, ainda mais num momento tão conturbado no mundo, destaca a edição de setembro do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Nos 12 meses até agosto de 2024, o déficit em conta corrente estava em 1,95% do **PIB**; nos 12 meses até janeiro do ano passado, em 1,03% do **PIB**.

Para alguns analistas, esse salto do indicador aponta para um aumento da vulnerabilidade externa do país, que tende a limitar uma queda mais acentuada da Selic, já que deixa o país mais dependente de capitais de curto prazo. A taxa está hoje em 15% ao ano, próxima de 10% em termos reais, quando se desconta a inflação esperada para os próximos 12 meses.

O rombo em conta corrente de 3,51% do **PIB** nos 12 meses até agosto é bem superior a média histórica do período de câmbio flutuante, de 1999 até hoje, de 1,9% do **PIB**, aponta o texto do FGV Ibre. "É um aumento muito substancial e coloca em evidência a grande incerteza que vivemos no ambiente internacional. Ao mesmo em que convivemos com uma valorização fantástica das bolsas de valores do mundo e também com spreads das emissões privadas muito perto das mínimas históricas, a cotação do ouro - tradicional ativo de segurança - dobrou nos últimos dois anos e os juros de longo prazo das economias desenvolvidas estão abrindo", nota o economista José Júlio Senna, um dos pesquisadores do FGV Ibre, que assina o texto, ao lado de Lívio Ribeiro, Silvia Matos e Samuel Pessoa.

"Então se existe uma situação de congelamento dos mercados, quem tem um elevado déficit em conta corrente tende a sofrer muito mais do que quem tem uma posição mais modesta", afirma Senna.

A elevação do déficit em conta corrente brasileiro neste ano foi basicamente causada pela queda do saldo comercial. Em agosto, a diferença entre as

exportações e importações acumulada em 12 meses foi de US\$ 63,5 bilhões, quase US\$ 27 bilhões a menos que o acumulado no mesmo período do ano passado. Essa queda ocorre mesmo em ano de safra recorde e bom desempenho da indústria extrativa - os dois setores devem crescer, respectivamente, 7,4% e 8,6% em 2025.

Os preços tiveram influência pequena nesse movimento - segundo dados do Indicador de Comércio da FGV (Icomex), enquanto o preço das exportações caiu 2,2% no período, o dos bens importados recuou 1,3%. A grande variação ocorreu nos volumes - alta de 8,3% nas importações, contra avanço de 2,8% das exportações.

Vale lembrar, a taxa de câmbio se valorizou no período - saindo de R\$ 6,17 no fim de 2024 para R\$ 5,42 no fim de agosto, o que ajudou as importações a se manterem competitivas. Esse viés é ampliado pelo fato de que a China tem exportado deflação de bens industriais para todo o mundo ao menos desde a pandemia.

O aumento do volume de importações coincidiu com o avanço da absorção doméstica do Brasil, que cresceu 4,7% em 2024 e continuou forte na primeira metade de 2025. A absorção doméstica é formada pelo consumo das famílias, o consumo do governo e o investimento. Em especial, a China viu sua participação na pauta de importação brasileira subir de 19% em 2019 para 26% entre janeiro e agosto de 2026.

A natureza das importações também é reveladora do perfil do consumo brasileiro. Em 2019, 18% dos bens de consumo duráveis importados vinham do gigante asiático. Nos últimos oito meses, essa parcela chegou a quase metade (47%) de tudo o que importamos. Ao mesmo tempo, a fatia de bens de capital passou de 29% para 38%, ao passo que a de bens intermediários - que respondem por 66% da pauta importadora brasileira - tiveram avanço bem mais tímido, de 18% para 22%.

"O maior problema desse processo é que o aumento do déficit esse ano é mais capitaneado pelo consumo do que o investimento", aponta Lívio Ribeiro, pesquisador associado do Ibre e sócio da consultoria BRGC. Ele lembra que, em países com taxa de poupança baixa, como o Brasil, historicamente o

aumento do investimento também significa aprofundamento do déficit em conta corrente.

Ribeiro prega cautela, no entanto, em associar o atual quadro a problemas de financiamento externo. Uma das preocupações de muitos analistas é que, em 12 meses, o volume de investimento estrangeiro direto externo no país (IDP), de 3,18% do **PIB** até agosto, tem sido menor que o déficit em conta corrente. Isso seria negativo porque o IDP seria uma fonte mais estável de financiamento. Ribeiro, porém, faz ressalvas a essa avaliação-olhando por dentro do investimento direto, há linhas como a de empréstimos intercompanhia que se comportam mais como capital especulativo, ao passo que parte do investimento em portfólio tem caráter de mais duradouro, explica Ribeiro. "De fato, existe um buraco entre usos e recursos da ordem de US\$ 29 bilhões em 12 meses. Só que a grande parte dessa diferença está associada ao choque de confiança sobre a economia brasileira no fim do ano passado, que obrigou o BC a vender reservas no mesmo montante. Excetuando esse episódio, esse descasamento desapareceu de lá para cá e, de fato, as reservas internacionais subiram US\$ 15,4 bilhões desde então".

Além disso, prossegue, a economia brasileira já passa por momento de esfriamento, o que já reverteu a tendência de alta das importações. No terceiro trimestre, o FGV Ibre projeta que o crescimento da economia como um todo deverá ficar em apenas 0,2% na comparação com o trimestre anterior e 1,7% ante igual período de 2024 - a primeira leitura abaixo de 2% desde o primeiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo intervalo do ano anterior.

Na ponta, olhando o período entre junho e agosto, os desembarques de bens duráveis caíram 15% em volume, ante igual período de 2024. Já os de bens de capital tiveram crescimento zero na mesma comparação e excetuando os gastos com uma plataforma de petróleo - quando esta é contabilizada, esse número sobe a 9%.

A expectativa do Ibre é que a absorção doméstica avance 1,9% em 2025, contra um crescimento do **PIB** de 2%, ressalta a coordenadora do boletim, Sílvia Matos. Para efeito de comparação, no ano passado, o crescimento de 4,7% da absorção catapultou o **PIB** a uma alta de 3,4%.

"É a política monetária funcionando. Mas esse movimento ainda pode ser atrapalhado caso o governo - não apenas o federal, mas também os estaduais - decida pisar no acelerador dos gastos por causa da eleição. Por

isso vejo espaço pequeno para a queda de juros no

Brasil", acrescenta. "Os governos petistas são, historicamente, de câmbio valorizado e juro real alto." Senna vai na mesma linha. "Em face a esse risco externo, o melhor a fazer é diminuir as suas fraquezas. No Brasil, isso significa cuidar da absorção doméstica. E a melhor maneira de cuidar disso, se o governo não muda sua política de dispêndio, é o Banco Central manter os juros elevados pelo tempo que for necessário."

"Em face ao risco externo, o melhora fazer é diminuir as fraquezas" José Julio Senna

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=51149&maxTouch=0>

Secretário dos EUA diz que é preciso "consertar" o Brasil

Anais Fernandes e Fernando Taquari

O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, disse que é preciso "consertar" o Brasil para que este deixe de "prejudicar" os americanos, mas também incluiu o país em uma lista de negociações possíveis no horizonte.

"Temos um monte de países para consertar, como Suíça, Brasil, certo? Eles têm um problema. Índia [também]. Esses são países que precisam, realmente, reagir corretamente à América [Estados Unidos]. Abrir seus mercados, parar de tomar ações que prejudicam a América, e é por isso que estamos em desacordo com eles", disse Lutnick em entrevista à emissora NewsNation no sábado, 27.

Ele citou como exemplo mais claro a Suíça que, diferentemente do Brasil, tem um superávit comercial de cerca de US\$ 40 bilhões com os EUA, segundo Lutnick. O Brasil, por outro lado, registrou déficit comercial superior a US\$ 28 bilhões com os americanos no ano passado, por exemplo e, ainda assim, entrou no alvo do presidente Donald Trump com o tarifaço de 50% aplicado a uma parte dos importados do país.

"Sabe por que eles [Suíça] são um pequeno país rico? Porque nos vendem US\$ 40 bilhões a mais. Então, nós precisamos resolver isso, e eu acho que isso será resolvido, mas leva tempo. E esses países precisam entender que, se você quer vender para o consumidor americano, você precisa cooperar com o presidente dos Estados Unidos", afirmou Lutnick, acrescentando que "esses ainda estão por vir". O secretário havia sido questionado pela entrevistadora sobre novos acordos comerciais ou novidades no horizonte.

Lutnick disse que "ainda tem Taiwan, que é um grande, que está por vir". "Eu acho que muito em breve, eu espero realmente estar conversando com eles e resolvendo isso. Então, sobrou um monte de países, mas os grandes, talvez, [sejam] a Índia, como eu disse, Brasil, a Suíça, que é pequena, mas nós vamos resolver isso com o tempo", afirmou, mencionando o Brasil uma segunda vez. "Esses estão em andamento", disse ele.

A declaração de Lutnick ocorre poucos dias após o encontro entre o presidente americano, Donald Trump,

e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

O encontro ocorreu logo depois do pronunciamento feito por Lula na abertura da Assembleia Geral. Foi um discurso marcado por críticas a medidas adotadas pelos americanos contra autoridades brasileiras, incluindo sanções financeiras ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Lula também fez menções às tarifas elevadas impostas a produtos brasileiros e às motivações declaradamente políticas de Trump e seus assessores de descontentamento com o julgamento e condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro. Lula não citou diretamente Trump, mas os recados não deixaram dúvidas.

Trump, que falou logo depois, assistiu ao discurso do presidente brasileiro por uma TV na antessala do auditório da ONU. E antes de se encaminhar para o púlpito, se encontrou brevemente com Lula na sala e disse que os dois deveriam se reunir para conversar. O brasileiro disse que estava disposto e aberto para o encontro. Havia poucos assessores dos dois lados para ajudar na tradução.

Momentos depois, Trump, durante seu longo discurso, falou que tinha acabado de encontrar com Lula nos bastidores do auditório e que os dois falaram de se encontrar nesta semana.

Trump mesclou comentários elogiosos e críticos. Disse que o Brasil vem tomando iniciativas prejudiciais aos interesses americanos, com barreiras a alguns produtos feitos pelos EUA. Mas ao mesmo tempo disse que gostou de Lula e que houve, nas palavras de Trump, uma "química" entre eles.

O gesto foi visto por diplomatas e pelo mercado financeiro como uma possibilidade de abertura para negociar as tarifas impostas pelos EUA ao Brasil.

A data do encontro, no entanto, ainda não foi definida, tampouco o local.

As declarações de Lutnick não parecem ser uma mudança de rumo do governo americano; a disposição expressa por Trump de se reunir com Lula continua sendo considerada como a orientação em vigor.

Lutnick é um dos assessores de Trump muito identificados com o discurso e a abordagem do movimento nacionalista conservador apelidado de MAGA, que está na base ideológica deste segundo mandato de Trump na Casa Branca.

Nas discussões com o Brasil sobre as tarifas, Lutnick teve em fins de julho uma longa conversa por telefone com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Alckmin não quis divulgar detalhes na ocasião. Disse que a conversa havia sido proveitosa e que havia durado quase 50 minutos. E que era questão de aguardar os desdobramentos.

A Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil) diz que cerca de um quarto das exportações brasileiras para os EUA não está sujeita hoje a nenhum tipo de tarifa e que três quartos das exportações estão sujeitas a algum tipo de sobretaxa, sendo que a principal dessas alíquotas é a dos 50%.

Trump argumenta que o aumento nas tarifas visa a proteger a indústria americana e reduzir a entrada de produtos estrangeiros. Economistas e analistas, contudo, temem que o efeito na economia americana seja de aumento da **inflação**. Em outubro, penalizações que variam de 25% a 100% vão atingir setores como medicamentos, caminhões pesados, móveis e utensílios domésticos, e afetar países da Europa, Ásia e América Latina.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=51149&maxTouch=0>